

Reforma fortalece governo

Lula incorpora o PMDB e reestrutura o governo em busca de maior eficiência e apoio político. Com o novo papel de Aldo Rebelo, o PCdoB passa a fazer parte do núcleo de decisão

Ao contrário do que dizia a imprensa conservadora, que alardeava uma reforma ministerial apenas para satisfazer interesses “fisiológicos” do PMDB, a reorganização do ministério promovida por Lula em janeiro foi substancial e vai alterar a própria dinâmica do primeiro escalão do governo. Pretende dar-lhe mais competência e capacidade de resolução, além de assegurar a necessária maioria no Congresso. Seis ministros saíram, dois ministérios foram extintos, três foram remanejados, e dois novos ministérios foram criados: Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais. Do ponto de vista político, destacam-se a entrada do PMDB no ministério e a incorporação do PCdoB ao chamado núcleo duro de comando do governo, com as novas funções de Aldo Rebelo. Com a ascensão do PMDB, o governo Lula consolida sua face de governo de coalizão que vai da esquerda ao centro, sob a hegemonia do PT, que ocupa 19 pastas.

O governo precisa de amplo respaldo político e social para vencer as resistências que as mudanças despertam. Daí a justeza da entrada do PMDB, legenda tradicional, democrática e nacionalista, nascida na luta contra ditadura militar. Ao atraí-lo para compor o governo, Lula retira esta agremiação das garras do campo conservador, liderado pelo PSDB e o PFL. É importante destacar que, ao ampliar sua composição, o governo não abandona os compromissos de mudança; ao contrário, o reforça, e Lula insiste que 2004 será o ano do desenvolvimento e do emprego.

A grande novidade da reforma ministerial foi a nomeação do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais,



O ministro Aldo e o presidente Lula na solenidade de anúncio da reforma ministerial

criada, com status de Ministério, para solucionar a sobrecarga de atribuições e responsabilidades concentradas na Casa Civil que, a despeito da capacidade de trabalho do ministro José

Dirceu, podia comprometer a gestão político-administrativa do governo. Agora, a Casa Civil vai se concentrar no comando do governo, com melhores condições para garantir que os objeti-

vos e metas sejam cumpridos pelos ministérios. E a secretaria recém-criada passa a coordenar as relações do governo com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário, com as Agências Nacionais Reguladoras, governadores e prefeitos. O núcleo duro do governo foi reforçado também pelo deputado federal Jacques Wagner (PT/BA), remanejado do Ministério do Trabalho para a direção do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A nomeação de Aldo Rebelo teve impacto na imprensa. Por que Lula fez um “convite-apelo” ao PCdoB e a Aldo para que assumisse esta responsabilidade? Qual o por que disso, se o PCdoB tem uma pequena representação parlamentar?

O primeiro motivo de certa forma foi sublinhado pela crônica política do país. O excelente desempenho de Rebelo à frente da liderança do governo, contribuindo para a vitória do governo nas principais votações da Câmara Federal e ajudando a construir a tão importante maioria parlamentar. O segundo motivo, não tão sublinhado pela mídia, enraíza-se na histórica aliança entre o PCdoB e o PT, que remonta a 1989 e, assentada em compromissos programáticos, esculpiu desde então, apesar das diferenças entre os dois partidos, uma relação de confiança e lealdade cujo ponto de convergência são os interesses do Brasil e os direitos de seu povo.

Para o presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, o papel e a participação do Partido no governo cresceram, significando mais responsabilidade e mais compromisso. Participação que, diz, será colocada a serviço daquilo que hoje é a essência da política dos comunistas brasileiros: lutar pelo êxito do governo Lula na construção de um Brasil soberano e democrático, desenvolvido e socialmente justo.

EDITORIAL

São Paulo: Os 450 anos da capital proletária

A cidade de São Paulo já teve várias definições. Foi a cidade da elite quatrocentona; “italiana”; capital do trabalho; locomotiva do Brasil; cidade “que não pode parar”... Denominações que refletem sua longa história de 450 anos, comemorados no dia 25 de janeiro, e que denotam também a visão de mundo dos grupos sociais que as assumiram.

Cidade marcada pela imigração — de europeus, na passagem do século XIX para o XX, ou de brasileiros de outros estados, a partir principalmente de 1930 —, São Paulo é, com justa razão, a capital proletária, habitada por gente do mundo inteiro que a procura em busca de trabalho — europeus, asiáticos ou brasileiros de outros estados, principalmente nordestinos, que fazem dela a maior capital nordestina do Brasil. Gente cuja força e atividade fez a pujança da cidade e sua riqueza, em cujo trabalho se apóia a riqueza de sua elite.

São Paulo é proletária pelo número de seus trabalhadores, que formam o setor mais avançado da classe operária brasileira,

e também pelo papel de seu povo nas lutas sociais em nosso país.

No último século e meio, São Paulo foi cenário de lutas memoráveis que ajudaram a mudar os rumos de nossa história. No final do século XIX, assistiu à luta contra a escravidão, em que o proletariado paulistano, os ferroviários em particular, foi força decisiva na derrubada daquele regime iníquo.

Nas primeiras décadas do século XX surgiram em São Paulo grandes movimentos grevistas que se espalharam pelo país, como a greve de 1906 e, principalmente, a de 1917, que abalou as estruturas de poder na cidade. Em 1924, o levante dirigido pelo

general Isidoro Dias Lopes na capital paulista deu passo decisivo na luta dos tenentes revolucionários, cujo desdobramento foi a Coluna Prestes, que conflagrou o Brasil nos dois anos seguintes. Em 1953, o proletariado paulista se levantou na greve dos 300.000, na qual os comunistas, e João Amazonas em particular, tiveram papel de destaque; na luta contra a ditadura militar de 1964, foi em sua periferia que nasceu a luta contra a carestia, por volta de 1973. Os protestos de massa voltaram às ruas brasileiras quando os universitários paulistas saíram para as ruas da cidade em 1977. Foi o proletariado paulista que abriu nova frente

de luta contra a ditadura, em 1978, reiniciando movimentos grevistas de massa que culminaram na histórica e heróica paralisação de 1980, que derrotou o projeto de abertura dos generais e elevou o protesto popular a um novo patamar. Seu desdobramento, ao longo da década de 1980, foi a campanha das Diretas-já, em 1985, etapa decisiva na luta contra os generais de 1964.

Hoje, em São Paulo, o neoliberalismo revela sua faceta cruel na crise vivida principalmente pelo proletariado pobre da periferia, que sofre com o desemprego, a pobreza, a violência, o desalento. Confirmando sua tradição de luta, os paulistanos voltam a se movimentar. Manifestaram seu inconformismo contribuindo de forma decisiva para a eleição de Lula em 2002. E, hoje, têm enorme potencial para impulsionar o projeto de mudanças que levou um proletário paulista e nordestino à Presidência da República. E criar as condições para o anúncio de trabalhos, comemorar o quinto século da cidade em condições mais felizes.

PCdoB

Nota conjunta PCdoB/PCB: um passo a mais rumo à reunificação

As direções nacionais do PCdoB e do PCB consolidam um passo a mais no esforço de buscar um caminho de entendimentos que possa levar à reunificação os dois Partidos. No final do ano passado, reunião entre representantes de ambas as Comissões Políticas Nacionais avançaram em indicar uma Nota Conjunta, aprovada pelo PCB em 7 de dezembro, e pelo PCdoB em 15 de janeiro, pelo Secretariado Nacional delegado pela Comissão Política Nacional.

Walter Sorrentino, integrante da bancada do PCdoB nas conversações entre as duas legendas, comentou que "esta é uma daquelas somas que podem multiplicar". Para ele o significado de uma eventual reunificação das duas siglas comunistas, divorciadas desde os anos 60, não deve ser visto apenas pela sua dimensão quantitativa, mas pelo seu significado histórico e pela mensagem que envia, ao povo trabalhador brasileiro e ao movimento comunista no mundo. "A Nota Conjunta concretiza os caminhos para esse entendimento, que vem ao encontro das aspirações dos dois Partidos e pode significar importante marco para aglutinar as forças indispensáveis a uma saída avançada para nosso país. Com isso, fortalecer-se-á ainda mais a prática já em curso de estabelecer iniciativas comuns a ambos os Partidos na luta política em curso", avalia Sorrentino.

O secretário de organização do PCdoB lembra ainda que "a 9ª Conferência do Partido tem um parágrafo muito afirmativo sobre este tema". A Conferência, que reuniu-se em Brasília em junho do ano passado após debates que envolveram 24 mil militantes do PCdoB, afirma: "O PCdoB tomará iniciativas no sentido de desenvolver práticas comuns e criar espaços de debate político e ideológico, num espírito de unidade e camaradagem, com os camaradas do PC Brasileiro. A divisão dos comunistas brasileiros em duas legendas na década de 60 do século passado é fato que pertence à história do movimento comunista. As razões que a motivaram radicam nas irrepetíveis circunstâncias que condicionaram o movimento comunista mundial e a vida interna do Partido Comunista no Brasil na segunda metade do século passado. Estamos convencidos de que esses entendimentos e essa aproximação conduzirão ao fortalecimento do movimento revolucionário em nosso País."

Íntegra do documento:

Nota conjunta PCB-PCdoB

Reunidos no dia 3 de outubro último, representantes das Direções Nacionais do PCB e PCdoB afirmaram a vontade de construir um caminho de entendimento que leve a ações de interesse comum dos comunistas, criando as condições para viabilizar as decisões tomadas no XII Congresso Nacional do PCB como na IX Conferência Nacional do PCdoB.

Para concretizar estes objetivos, ambas as Direções resolvem:

1- Desenvolver iniciativas comuns no âmbito da Reforma Política, na defesa da liberdade de organização partidária;

2- Lutar pela unicidade sindical e pelos direitos dos trabalhadores na Reforma Trabalhista;

3- Buscar construir os consensos possíveis que levem a ações conjuntas e unitárias no movimento de massas; e

4- Promover o debate teórico, com base no marxismo-leninismo, que responda aos questionamentos da nova realidade política mundial e nacional, visando à possibilidade da reunificação dos comunistas no Brasil, envolvendo o conjunto dos comunistas não filiados aos dois Partidos.

Este processo não tem data marcada para sua conclusão, pois só poderá ser resolvido a partir do entendimento e do amadurecimento que o debate permitir, envolvendo a militância dos dois Partidos.

Por outro lado, a atual conjuntura nacional e internacional, positivamente alterada pela vitória do governo de Luís Inácio LULA da Silva, exige dos comunistas a solução desse desafio histórico, de encontrar um caminho unitário para os comunistas brasileiros.

As possibilidades de superação desse processo serão construídas a partir da unidade de ação dos comunistas no movimento de massas e da convergência de objetivos táticos e estratégicos na luta pelo socialismo. Em 7 de dezembro de 2003

Zuleide Faria de Melo
Presidente Nacional do PCB
Em 15 de janeiro de 2004

José Renato Rabelo
Presidente Nacional do PCdoB

CARTAS

É de extrema importância que as idéias do Partido cheguem aos seus militantes. Apesar de toda tecnologia utilizada para a disseminação de nossas idéias a **Classe Operária** é e sempre será um veículo de fundamental importância. Wagner – Salvador – BA

Parabéns aos comunistas da Bahia com a luta em busca do respeito a religiosidade e cultura de nosso povo. Sendo vitoriosos. Esta luta deveria ser nacional. Dora Lucia Bragança - Juiz de Fora – MG

Aproxima-se a passos rápidos as eleições municipais de 2004. Observamos com alegria o progresso do Partido em todo território nacional, teremos, desta forma candidatos à prefeito, vice prefeitos e uma legião de militantes disputando uma cadeira nas câmaras municipais por todo o país. Paulo Roberto G. H. de Almeida – Jaboticabal – SP

Acho de fundamental importância a aproximação e futura reunificação de todos os comunistas em um único partido da classe operária, marxista, leninista e de solidariedade internacional. Considero que o simbolismo deste ato é o principal aspecto desta tarefa. Christian Krambeck – Blumenau – SC

Concordo e me congratulo com tão auspicioso e esperado momento de união dos comunistas brasileiros. Foi muito feliz a frase de que a união PCB e PCdoB é a soma que multiplica. Cezar Léo Nicola - Porto Alegre – RS

A divisão dos comunistas brasileiros em duas siglas: PCdoB e PCB é, de fato, um acontecimento que já pertence à história de nosso país e do movimento comunista internacional, em particular. Creio que é chegado o momento de pôr fim a esta divisão. José Lourenço Cindra – Guaratinguetá – SP

Gostaria de parabenizar a iniciativa conjunta de PCdoB e PSB de retomarem as discussões sobre os transgênicos. Gostaria de ressaltar que considero ilusório o argumento dos que defendem os alimentos geneticamente modificados como sendo a solução para a fome mundial. Diego Pinheiro – Erechim – SP

Parabéns ao PCdoB. Companheiros, fiquei feliz ao ver Aldo

Rebello dividindo a tarefa com o José Dirceu. Somam-se as qualidades pessoais do companheiro com a firmeza de princípios e a competência do PCdoB que tem dado um grande exemplo a todos os comunistas do mundo. Saudações revolucionárias da Zillah Branco - São Paulo

Gostaria de dizer que achei muito bons e importantes os materiais que o Partido vem produzindo em relação a arte e cultura. Esse seminário foi de grande valor. Fiquei muito feliz quando soube do seminário. Gostaria de receber sempre todo e qualquer material que for produzido neste sentido. Gostaria de sugerir também se seria possível o Vermelho abrir espaço para os seus poetas. Fico muito grato. Saudações. Jair Pereira Silva

Quero parabenizar o partido, em especial o camarada Aldo Rebello, pela conquista de mais um espaço político que nos proporcionará maior possibilidade de elaboração, articulação e reforço da luta pela afirmação da perspectiva mudancista e desenvolvimentista do governo Lula, na busca da transformação social e de dias melhores para o povo brasileiro. Grande abraço, votos de sucesso e coragem para mais esse desafio. Bernadete Prado Vasconcelos Alves

O governo Lula tem se movimentado impulsionado pela disputa política entre o continuísmo e a mudança. O início de 2004 é auspicioso para aqueles que lutam pra que o governo Lula seja um instrumento do desenvolvimento econômico e independente do nosso país. A reforma ministerial, que os setores que defendem o continuísmo propagandavam que seria apenas um arranjo fisiológico, representou uma mudança política de relativa importância com a incorporação do PMDB que amplia a base política do governo, possibilitando a realização de mudanças e a elevação da contribuição do PCdoB. As mudanças fazem-se sentir já nas declarações de alguns ministros. O ministro da fazenda, por exemplo, Antonio Palocci (até ele) já fala em ano de desenvolvimento. No entanto, é bom não vacilar os setores continuístas continuam no interior do governo e da sociedade e representam um perigo ao projeto mudancista, basta lembrar a não queda dos juros básicos. Pedro Mourão Paiva - Juiz de Fora/MG.

AGENDA

Fevereiro

29/01, 2 e 3/02

Curso Nacional da UJS (Instituto Acampare - São Paulo – SP)

3, 4 e 5

Curso e Ativo Nacional de Comunicação (Instituto Cajamar – SP)

4 e 5

Plenária Nacional UJS (São Paulo – SP)

6

Reunião da Comissão Nacional de Finanças (Comitê Central – SP)

6 a 14

Encontro de professores da Escola Nacional (Instituto Cajamar – SP)

11 e 12

Plenária Nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais CMS (São Paulo – SP)

17

Comissão Nacional de Organização – Plena (Comitê Central – SP)

18

3ª Reunião de Planejamento das Comissões do Comitê Central (SP)
Reunião da Comissão de Trabalho Operário (Comitê Central – SP)

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

A Classe Operária



Jornalista responsável: Pedro de Oliveira (MTB 9813/SP), Edição - José Carlos Ruy - Carlos Pompe

Edvar Bonotto - Remy Fares - Diagramação - Marco Godoy -

Administração - Francyroze de Andrade Matarazzo -

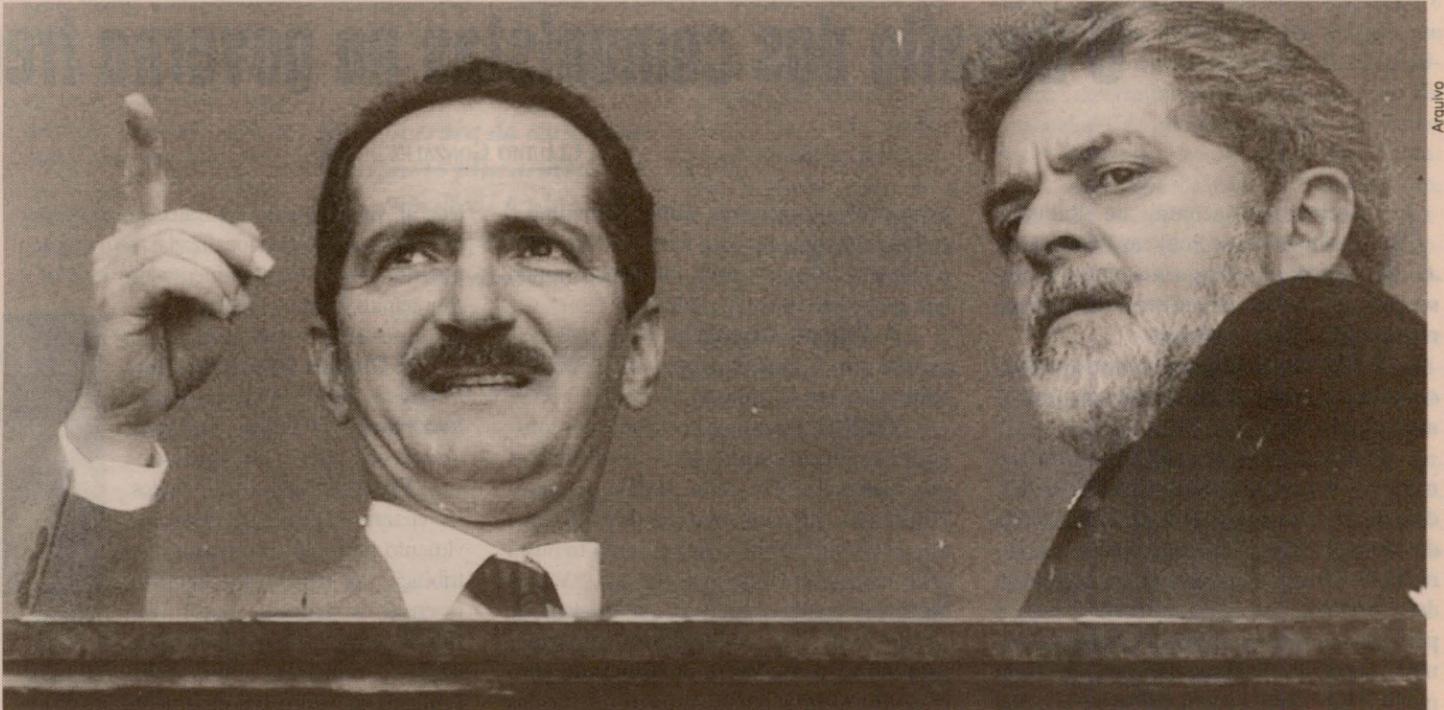
Alameda Sarutaia 185 - Jardim Paulista - São Paulo - SP - CEP 01403-010 - Tel. 11-3054 1800

classe@pcdob.org.br - www.vermelho.org.br/classe

Aldo Rebelo vai cuidar da política do governo

Com a nomeação do deputado comunista para a coordenação política, o PCdoB passa a fazer parte do núcleo de decisão do governo Lula

ENTREVISTA A MARCOS VERLAINE



O ministro Aldo Rebelo com o presidente Lula: ampliação da base política no rumo do desenvolvimento com inclusão social

O chamado núcleo duro de decisão do governo Lula passa a ser composto, a partir da reforma ministerial feita no começo do ano, por um ministro que não é filiado ao Partido dos Trabalhadores. Trata-se do comunista Aldo de Rebelo, que até agora vinha exercendo a liderança do governo na Câmara dos Deputados, tendo sido, nessa função, um dos principais responsáveis pelas vitórias alcançadas pelo governo, em 2003, no parlamento. O reconhecimento de Aldo como um articulador sério e competente se afirmou, reafirmado pelo próprio jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial depois da confirmação de sua nomeação como ministro chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais. Nesta entrevista ao portal Vermelho e *A Classe Operária*, Aldo Rebelo destacou que o governo Lula consolida, cada vez mais, "seu caráter de ampla frente nacional em prol do desenvolvimento, da democratização e da elevação do padrão de vida do povo brasileiro". Ele falou ao repórter Marcos Verlaïne, ainda no gabinete da Liderança do Governo na Câmara.

A Classe Operária: *Você vai dividir a tarefa da coordenação política com José Dirceu. Qual sua relação com o ministro da Casa Civil?*

Aldo Rebelo: Minhas relações com o ministro José Dirceu sempre foram muito próximas, construtivas, cooperativas. E acho que este ambiente mais próximo, com minhas novas responsabilidades, pode produzir um resultado melhor para o governo do presidente Lula. O ministro Dirceu terá mais condições para cuidar da administração, da gestão, dos programas do Executivo. Eu ficarei com a responsabilidade da coordenação política e das relações institucionais, ou seja, fazendo a relação com os Estados, Municípios, o Poder Legislativo, as agências reguladoras, entre outros.

A Classe Operária: *Qual será o papel do novo Ministério? Que tarefas o ministro vai desempenhar?*

Aldo Rebelo: A tarefa de estabelecer a relação com o Congresso — Câmara dos Deputados e Senado Federal —, buscando, naturalmente, fortalecer a base parlamentar de apoio ao governo, orientar as matérias de interesse do Poder Executivo e também as relações com a oposição, quando for o caso. Nós temos também como atribuição as relações com os Estados, os governadores, os municípios, os prefeitos, o Poder Judiciário e as agências reguladoras.

A Classe Operária: *Como você se sente sendo da coordenação política do governo sem ser do PT?*

Aldo Rebelo: Acho que o fato do presidente Lula ter sido eleito por uma coalizão de forças, que depois foi ampliada com a integração de novos partidos à sua base de sustentação, faz com que o governo do presidente Lula consolide, cada vez mais, seu caráter de ampla frente nacional pelo desenvolvimento, democratização e elevação do padrão de vida do povo brasileiro.

A Classe Operária: *O que altera*

agora em relação à coordenação política no Congresso Nacional?

Aldo Rebelo: O presidente já indicou o deputado Miro Teixeira (sem partido/RJ) como líder do governo na Câmara. É um deputado experiente, com uma larga folha de serviços prestados à luta democrática no Brasil. Temos o líder do governo no Senado,

Aloizio Mercadante (PT/SP), que prosseguirá em sua responsabilidade. Ele tem sido um dos sustentáculos da articulação política do governo no Congresso. A articulação política de sustentação do governo nas duas Casas do Congresso Nacional — Câmara e Senado — é

desenvolvida pelos líderes do governo na Câmara e no Senado e também pelo líder do governo no Congresso, cargo criado no governo José Sarney. E com a indicação do novo líder do governo no Congresso reconstituiremos o núcleo principal da base do governo, da base aliada no Congresso Nacional.

A Classe Operária: *Do ponto de vista político, quais as diretrizes que o ministro vai adotar no entendimento com o Congresso, os governadores e prefeitos? Os governadores, em sua maioria, são de partidos de oposição ao governo Lula. Como você vai desenvolver esses entendimentos?*

Aldo Rebelo: O próprio presidente disse que não haverá política de Ministério, mas política de governo, que é a de construir uma ampla base nacional inspirada na defesa dos interesses nacionais, na ampliação dos direitos do nosso povo, na democratização profunda e verdadeira da sociedade brasileira. Sabemos que o caminho para alcançar esses objetivos é a construção de uma ampla frente política, social, ideológica, econômica, que restabeleça as possibilidades de crescimento da economia brasileira, de geração de empregos, de distribuição de renda, de ampliação de nossa economia diante de um mundo tão carregado de dificuldades. E acho que o Congresso constitui

parte importante da articulação para dar sustentação a essa política do governo do presidente Lula. Já em relação aos governadores não é verdade que a maioria seja de oposição ao governo Lula. A maioria dos governadores pertence à base de sustentação do governo, e os únicos governadores de oposição são os do PFL e PSDB. São quatro governadores do PFL e seis do PSDB, em um total de 27. Com a integração do PMDB, do próprio PTB, do PPS entre outros, à base do governo, temos também maioria entre os governadores brasileiros. Mas também temos de ter relações cooperativas e construtivas com os Estados governados pela oposição.

A Classe Operária: *As tarefas colocadas pela nova pasta incluem atender pedidos de prefeitos e liberação de emendas dos parlamentares?*

Aldo Rebelo: As emendas de parlamentares e de bancadas são atos soberanos do Congresso Nacional; muitas envolvem o orçamento da República. E o governo tem apenas o dever de executar esse orçamento aprovado pelo Poder Legislativo; o que inclui as verbas dos deputados, que são uma instituição absolutamente transparente, porque tem o destino certo, o município certo e o nome do deputado associado.

A Classe Operária: *A estrutura atual da Casa Civil é composta por quatro secretarias. Como vai ser, a partir de agora, a divisão dessa estrutura?*

Aldo Rebelo: Duas Secretarias ficarão com a Casa Civil e as outras duas na nova Secretaria de Coordenação Política e Relações Institucionais. Comandarei a Secretaria de Ação Parlamentar, que passará a se chamar Secretaria de Coordenação Política, e a Secretaria de Relações Federativas, que passará a ser denominada Secretaria de Relações Institucionais.

A Classe Operária: *Qual sua avaliação da oposição ao governo Lula?*

Aldo Rebelo: A oposição ao governo Lula é uma oposição conservadora, que durante os últimos 20 anos tentou impedir que estas forças que elegeram o presidente Lula chegassem à Presidência da República. Sua representação mais importante, hoje, são o PFL e o PSDB. Acho que o eixo da ação des-

sas forças têm lastro na história do Brasil, desde a época da Independência, quando havia um projeto nacional, democratizador, de inclusão social, e um projeto das elites, o projeto da debilidade do Brasil frente ao mundo, o projeto que não acreditava nas potencialidades do país. E o atual projeto, de afirmação nacional, em defesa dos direitos do povo, está nas mãos da coalizão que sustenta o presidente Lula, enquanto o projeto da oposição é o projeto das elites.

A Classe Operária: *Havia uma visão de que a mudança ministerial era apenas para encaixar o PMDB no primeiro escalão do governo. Houve alguma surpresa?*

Aldo Rebelo: Desde o início eu tinha a convicção de que a reforma buscava a ampliação da base social, política e parlamentar do governo, e ao mesmo tempo corrigir e ajustar as necessidades de funcionamento da máquina governamental. Acho que esses dois objetivos foram alcançados. Isto não significa que o presidente não possa amanhã promover outros ajustes que julgar necessários.

A Classe Operária: *Como serão as relações do ministro da Articulação Política com o novo líder do governo na Câmara, deputado Miro Teixeira?*

Aldo Rebelo: Já temos um entendimento antigo, porque convivemos desde o início dos anos 90. Então, nesta convivência de 14 anos, aprendi a respeitar o líder Miro Teixeira pela sua experiência, pelos seus compromissos democráticos e pela sua capacidade e habilidade políticas. Não teremos problemas para desenvolvermos, juntos, as tarefas para as quais fomos designados.

A Classe Operária: *O que motivou o presidente Lula a escolhê-lo coordenador político do governo?*

Aldo Rebelo: Acho que o presidente Lula respaldou-se, naturalmente, pela necessidade de ter no governo alguém que cuidasse especificamente da coordenação política e das relações institucionais. Ele deve ter julgado também a minha atividade na Liderança do Governo. Mas acho que outro importante motivo para a minha nomeação foi a minha participação na Fundação Maurício Grabois para a qual fui convidado e que aceitei, na articulação política do nosso governo.

PCDoB

Mudanças no Secretariado Nacional

Em 13 de dezembro de 2003, o Comitê Central do PCDoB, com objetivo de fortalecer o trabalho da direção nacional, de melhor qualificá-lo para os desafios derivados do relevante papel que desempenha na vida política nacional, decidiu fazer algumas

modificações no seu Secretariado Nacional, até então composto por Renato Rabelo, Adalberto Monteiro, Pedro de Oliveira, Walter Sorrentino, Ronald Freitas, João Batista Lemos, José Reinaldo de Carvalho e Vital Nolasco. A partir da reunião do CC, foi criada

uma nova pasta: a Secretaria Nacional de Relações Institucionais e Políticas Públicas, para coordenar e dirigir a expressiva presença e atuação dos comunistas em funções de governo. Foi aprovado para ser o titular desta pasta o até então secretário de Finanças do

PCDoB, Ronald Freitas. Vital Nolasco, que era o responsável pela Secretaria de Movimentos Sociais e Populares, passou a ser secretário de Finanças. Ricardo Abreu (Alemão) responderá por duas secretarias: a de Juventude e a de Movimentos Sociais e Populares.

O desafio dos comunistas no governo frentista

CLÁUDIO GONZALEZ

A Secretaria Nacional de Relações Institucionais e Políticas Públicas vai coordenar e dirigir a expressiva presença e atuação dos comunistas em funções e responsabilidade de governo.

A Classe Operária: Como era feito o acompanhamento da "frente institucional" do Partido?

Freitas: No total, antes de integrarmos o governo federal, tínhamos cerca de 250 quadros do Partido participando de forma direta da administração pública nos estados e municípios. O acompanhamento e gerenciamento deste trabalho era descentralizado e feito a partir dos comitês estaduais. Tínhamos ainda uma Comissão Parlamentar que, de certo modo, também dava acompanhamento a essa frente. A partir da eleição de Lula, e da nossa

participação no governo, Walter Sorrentino e eu fomos designados para fazer esse acompanhamento. Só que a vida foi demonstrando que isso exigia uma especialização.

A Classe Operária: Os cargos executivos que o PCDoB ocupa nos Estados e municípios serão acompanhados por vocês?

Freitas: Estamos preocupados em constituir na secretaria um conjunto de orientações que materialize, em certa medida, o que o PCDoB quer enquanto exercício de poder num Estado burguês, junto a um governo frentista onde não somos força hegemônica. Vamos buscar as políticas públicas que estejam de acordo com nossa orientação e que sirvam para ajudar a resolver os problemas do povo brasileiro. Além de acompanhar o exercício dos nossos camaradas na administração pública

federal, vamos buscar centralizar e coordenar as várias experiências localizadas, sem que isso interfira no acompanhamento dos estados e municípios, com o objetivo de elaborarmos políticas públicas.

A Classe Operária: Que margem têm os comunistas para propor políticas públicas dentro das esferas de governo?

Freitas: Estamos chamados a preparar um projeto de desenvolvimento nacional com maior distribuição de renda. Isso significa repensar os rumos do Brasil. Nós vamos exercer a nossa criatividade tendo parâmetros muito bem definidos. Primeiro, os parâmetros das orientações governamentais, dos quais nós pretendemos partici-

par na elaboração e configuração. Segundo, os parâmetros legais: o Estado brasileiro tem um conjunto de leis que normatizam seu funcionamento. O terceiro parâmetro é o da correlação de forças.

A Classe Operária: Como a presença dos comunistas contribui para a proposição de políticas públicas?

Freitas: Esta atividade exigirá um constante trabalho de construção de relações e alianças políticas, não só para ocupar os cargos, mas para desenvolver suas ações no dia-a-dia. Será um constante desafio saber trabalhar em conjunto e defender nossa política nas respectivas áreas de atuação.



Freitas

Vai se intensificar a interação entre as secretarias

RENY FERES

Ricardo Abreu, o "Alemão", responsável pelo trabalho entre a juventude, vai acompanhar também a ação nos movimentos sociais.

A Classe Operária: Quais foram os critérios que contribuíram para essa decisão?

Alemão: A Secretaria de Movimentos Sociais e Populares tem afinidade com a de Juventude por serem frentes ligadas aos movimentos — no caso, os juvenis e os movimentos populares, comunitário, de luta anti-racista, de emancipação de mulheres, de saúde pública, da criança e do adolescente e vários outros. Foi uma solução que não implica em uma modificação muito grande. Em termos de



Alemão

composição do secretariado, de oito pessoas, passou a nove e se criou uma secretaria.

A Classe Operária: Não acaba acarretando uma sobrecarga muito grande?

Alemão: A Secretaria Sindical continua com o João Batista Lemos à frente. Continuam sendo três secretarias que atuam com os movimentos operário e popular — Sindical, Juventude e Movimentos Sociais e Populares. Vai se intensificar a interação entre essas três secretarias. Uma série de tarefas, como fortalecer e encaminhar a nossa participação na Coordenação dos Movimentos Sociais, será coordenada pela Secretaria Sindical, além das outras duas que

vou acumular. Nós vamos contar, no caso da Secretaria de Juventude, com uma assessoria para assuntos de Partido, além do pessoal da fração da direção nacional da UJS. A direção dos trabalhos nos movimentos juvenis se dá através da UJS. A gente faz mais um trabalho de acompanhamento político, de elaboração política, de orientação política e ideológica. No caso da Secretaria de Movimentos Populares e Sociais, vamos constituir uma secretaria adjunta. E também a gente atua junto com a comissão existente, que vem se fortalecendo, a Comissão Nacional de Movimentos Populares e Sociais. Será um secretário e duas secretarias.

A Classe Operária: Você já tem traçado algum plano, uma agenda de eventos, de atividades?

Alemão: Vai haver, em grande parte,

uma continuidade. Sempre é preciso desenvolver, atualizar, aperfeiçoar. O Partido ainda subestima muito a força e a potência do movimento comunitário. É o caso da Conam — Confederação Nacional de Associações de Moradores —, que deveria ser mais valorizada. Há outros movimentos em que a gente tem força, como a Unegro (União de Negros pela Igualdade) e a UBM (União Brasileira de Mulheres) e, ainda tem uma comissão de saúde, que atua nesse movimento do SUS, da saúde pública. Há uma série de outros movimentos em que também será preciso a gente passar a atuar. Por exemplo, o ambientalista. A gente precisa conhecer melhor a realidade da participação política e social do povo brasileiro e definir políticas específicas para cada um desses movimentos, elegendo prioridades.

Aumentar a base material para crescer de forma sustentada

CLÁUDIO GONZALEZ

Vital Nolasco assume a Secretaria de Finanças.

A Classe Operária: Qual será seu principal desafio em 2004?

Vital Nolasco: Diante dos desafios de crescer, jogar um papel mais destacado na vida política, acho que as nossas bases materiais não dão conta do próprio crescimento do Partido. Ou nós aumentamos a nossa base material, ou o Partido não cresce, nem do ponto de vista numérico nem do ideológico e estrutural. A questão das finanças do Partido tem de ser entendida de um modo especial pela militância partidária. Estamos presentes em 1.700 municípios, inclusive nos 200 maiores. Entretanto, não temos sedes nesses municípios. Como é que nos municípios e os regionais vão dar conta de acompanhar o Partido? Como é

que se pode ter o controle — nós hoje temos 60 mil militantes e mais de 200 mil filiados — desse contingente? Outra coisa, agitação e propaganda. O Partido tem de ter meios para formar sua militância. O jornal **A Classe Operária** é quinzenal. Mas ele tem de ser no mínimo semanal. Para isso é preciso duplicar o nosso investimento. Vamos precisar também da Escola Nacional do Partido. Ter professores, fazer cursos intensivos e extensivos. Cada turma tem de ter alojamento, material, professores. Nós temos ainda o objetivo de triplicar o nosso número de vereadores eleitos. Queremos eleger, pelo menos, 450 neste ano. Temos possibilidades de eleger prefeitos em capitais importantes, como Fortaleza e Manaus. Eu diria que nossa base material hoje não é suficiente para isso. O grande desafio do nosso

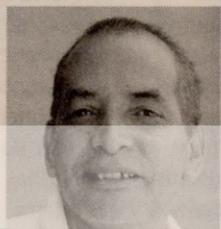
Partido é tornar a questão financeira como uma questão política, como uma questão presente na vida cotidiana do Partido, uma preocupação de todos os dirigentes, de todos os militantes.

A Classe Operária: Você acredita que o Partido está ganho para essa idéia?

Vital Nolasco: Todo dirigente, estadual, municipal, ou nacional, tem que contribuir com o Sincom (Sistema Nacional de Contribuição Militante). Hoje temos 10 mil dirigentes municipais no Brasil, somente uma parte contribui. Todo comunista que tiver um cargo no Partido, seja sindical, parlamentar ou no governo, deve contribuir. Tem de cons-

tar do Estatuto. Outro desafio é desenvolver campanhas de massa para recolher finanças.

Organizar jantares para simpatizantes e amigos do Partido, bazar de pechincha, rifas, campanhas para arrecadar finanças. Nós vamos fazer uma campanha sobre a importância da contribuição militante. Além de prestar contas para informar como é que anda isso. Tem ainda a campanha para a construção de uma sede própria. A meta é de até a próxima eleição presidencial pelo menos, termos o terreno. Estamos vendo a possibilidade de ligar a questão de finanças à criação de uma carteirinha do Partido, a carteirinha dos militantes.



Vital

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

TRABALHADORES

Fortalecer os sindicatos para valorizar o trabalho

Uma reforma sindical para ampliar a base de representação, envolver os trabalhadores por ramo de atividade e garantir a organização nos locais de trabalho

DANIEL ALMEIDA*

A reforma sindical e trabalhista integra a agenda de reformas do governo Lula, ao lado da reforma política e das reformas previdenciária e tributária. Ao que tudo indica, a reforma sindical deverá ser priorizada, deixando as alterações na legislação trabalhista para 2005.

Os debates acerca das alterações na organização sindical têm se desenvolvido no Congresso Nacional em torno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 29/03, de autoria dos deputados Vicentinho (PT/SP) e Maurício Rands (PT/PE), que prevê o fim da unicidade sindical. A iniciativa destes parlamentares produzirá, ao nosso ver, um enfraquecimento dos sindicatos dos trabalhadores.

Há pouco consenso na base de sustentação do governo sobre a direção que a reforma deve adotar. Este debate tem sido influenciado pela concepção predominante na política econômica, com um caráter alinhado às orientações do FMI. O diagnóstico de que a crise econômica é decorrente de desequilí-

brios fiscais vai se firmando na equipe que dirige a economia brasileira, resultando na fixação de superávits primários elevados para os próximos anos. Esta política, impulsionada a partir do governo FHC, tem levado o país a baixíssimos índices de crescimento econômico.

Nos últimos governos uma das formas de diminuir a ação do Estado sobre a atividade econômica foi restringir a regulamentação sobre o trabalho. A legislação trabalhista é apresentada como entrave à geração de empregos, sob o argumento de que há encargos trabalhistas excessivos, desestimulando a contratação de trabalhadores. Nada garante, contudo, que a redução dos custos com o trabalho estimule a geração de empregos. Ao contrário, tende a transformar bons empre-

gos em subempregos e assim elevar as desigualdades sociais.

Neste contexto é que deve ser analisada a reforma trabalhista e sindical. Para desenvolver promovendo inclusão social é preciso reformar a estrutura sindical, fortalecendo as organizações dos trabalhadores de modo a cumprir seu papel na correlação de forças que se estabelece no processo decisório sobre os caminhos que o Brasil deve trilhar. Neste sentido, a substituição do modelo atual da unicidade pelo modelo da pluralidade poderá contribuir para a desorganização sindical e não o contrário, uma vez que poderá gerar um movimento anárquico de multiplicação de organizações sindicais.

A crise que o movimento sindical vive

A troca da unicidade pela pluralidade sindical pode desorganizar os sindicatos ao proliferar anarquicamente as organizações sindicais.

hoje não decorre do modelo da unicidade e sim devido ao desemprego em massa, que reduziu o número de trabalhadores sindicalizados, determinando uma diminuição da capacidade de mobilização dos sindicatos. Assim, fortalecer o movimento sindical é adotar a ampliação da base de representação, envolvendo os trabalhadores por ramo de atividade e não apenas por categoria profissional, estabelecendo garantias para a organização nos locais de trabalho.

Faz-se necessário alterar a lógica que tem presidido o debate sobre a reforma sindical e trabalhista, propugnando pela sua vinculação a um projeto de desenvolvimento baseado no fortalecimento do mercado interno. Neste sentido, a valorização do trabalho, incluindo o fortalecimento dos sindicatos, parece ser o caminho mais adequado ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

*Vice-líder do PCdoB na Câmara dos Deputados; fundador da CUT Metropolitana/Salvador-BA

186 milhões de desempregados no mundo

Havia também, em 2003, 550 milhões dos trabalhadores pobres, com renda inferior a um dólar por dia (menos de R\$ 3,00)

“É cedo para dizer que o pior já passou” - foi com este comentário que Juan Somavia, diretor geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apresentou segunda quinzena de janeiro o estudo *Tendências Mundiais de Emprego - 2004* (que pode ser obtido, na íntegra, através do sítio <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/download/trends.pdf>).

Apesar disso, o relatório fala em um “prognóstico prudentemente otimista” para 2004 ao constatar que a recuperação econômica do segundo semestre de 2003 uma queda nos índices de desemprego.

A prudência do otimismo se justifica: 2003 terminou com 185,9 milhões de desempregados em todo o mundo, atingindo 6,2% da força de trabalho da Terra. É o maior número da história da OIT, superando a marca de 185,4 milhões de atingida em 2002. A maior parte deste contingente é formada por homens: 108,1 milhões (600 mil a mais que em 2002); as mulheres são 77,8 milhões (cem mil a menor do que em 2002). Entre os jovens, de 15 a 24 anos, há 88,2 milhões de desempregados, isto é, 47,4% do total. A taxa de desemprego nesta faixa de idade é mais de duas vezes maior que a média, 14,4%. Além do grande desemprego, o estudo mostra que, em 2003, 550 milhões

dos trabalhadores no mundo eram pobres, ganhando no máximo um dólar americano por dia (menos de R\$ 3,00).

A região mais afetada pela recessão econômica mundial de 2001 foi a América Latina e o Caribe, que se refletiu na queda do crescimento econômico e, em consequência, na eliminação de empregos. A região teve um decréscimo de -0,1% em 2002, e voltou a crescer, discretamente, em 2003: 1,6%, com uma recuperação do emprego muito lenta. A taxa de desemprego regional caiu de 9% para 8%, redução que pode ser atribuída à recuperação argentina e à diminuição do crescimento da mão-de-obra, diz o estudo. Já “o crescimento do PIB dos Estados Unidos foi ofuscado pela escassa criação de empregos e por uma taxa de desemprego que se manteve em níveis altos, em cerca de 6%. A União Européia (UE), por outro lado, obteve resultados positivos nos mercados de trabalho de alguns países, apesar da baixa taxa de crescimento do PIB: 1,5%.”

Apesar de taxas de crescimento anuais do PIB de mais de 7%, a Ásia Oriental (que inclui a China) registrou um ligeiro aumento do desemprego, enquanto no Sudeste Asiático (que inclui Indonésia e Vietnã) houve um pronunciado recuo do desemprego em 2003. Na Ásia meridional (que inclui a Índia) o desemprego permaneceu estável apesar do rápido crescimento do PIB, 5,1%.



As regiões mais afetadas pela recessão de 2001 foram a América Latina e o Caribe

Não há vagas

Ano	1993	1998	2000	2001	2002	2003
Mulheres	58,2	71,9	73,4	74,3	77,9	77,8
Jovens*	69,5	79,3	82,0	82,9	86,5	88,2
Total	140,5	170,4	174,0	176,9	185,4	185,9

* de 15 a 24 anos; fonte: Tendências Mundiais de Emprego - 2004, OIT

No Oriente Médio e Norte da África, o desemprego não só aumentou como mostrou a taxa mais elevada, 12,2%. A África Subsaariana viveu uma ligeira queda do desemprego em 2003, de 12,2% para 11,8%. No Oriente Médio e Norte da África, o desemprego não só aumentou como mostrou a taxa mais elevada, 12,2%. A África Subsaariana viveu uma ligeira queda do desemprego em 2003, de 12,2% para 11,8%. No Oriente Médio e Norte da África, o desemprego não só aumentou como mostrou a taxa mais elevada, 12,2%. A África Subsaariana viveu uma ligeira queda do desemprego em 2003, de 12,2% para 11,8%.

PCdoB

1º Encontro Nacional sobre questões de Partido

Convocado pelo Comitê Central, o encontro será realizado em Brasília, nos dias 5, 6 e 7 de março.

OSWALDO NAPOLEÃO ALVES *

“Um Partido Comunista de massas, estruturado pelas bases, sobretudo entre os trabalhadores, unido e coeso a partir de direções consolidadas em especial nos maiores municípios, com intenso protagonismo político na luta dos trabalhadores e do povo” - este é o título do documento-base para o 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido. A seguir apresentamos um sumário deste documento, cuja íntegra pode ser encontrada na página do Partido Vivo, na internet, no endereço www.vermelho.org.br/pcdob

Apreender a linha fundamental da 9ª Conferência Nacional: O êxito desses objetivos parte da assimilação e aplicação das orientações da 9ª Conferência do PCdoB, que recolhe os ensinamentos dos 8º, 9º e 10º Congressos, coroando uma das experiências mais consolidadas da trajetória de construção partidária, a de ter a política no posto de comando.

Implementar linhas renovadas para a acumulação de forças no rumo de um PC de massas: Para superar antigos condicionamentos da construção partidária, a acumulação de forças na atual etapa é sintetizada em cinco eixos centrais: 1º) Ter sempre a política no comando; 2º) Participar por um movimento de idéias avançadas; 3º) Ampliar a base eleitoral do PCdoB; 4º) Mergulhar nos movimentos sociais; e 5º) Aproveitar a participação institucional para reforçar a atuação política própria e firmar a fisionomia do Partido.

Assegurar o princípio do centralismo democrático: Ao buscar uma concepção organizativa de um Partido Comunista de massas, novos fenômenos deverão ser enfrentados, exigindo esforços mais intensos para alcançar maior coesão na atuação partidária. Permanece o sentido de um Partido de princípios, classista, marxista-leninista.

Desenvolver e aprimorar a institucionalidade partidária: Um Partido Comunista de massas, extenso, numeroso, atuante nas esferas mais amplas e complexas da vida nacional, gera um ambiente mais preñado de conflitualidade em sua vida interna. A concepção leninista que rege a construção do PCdoB desdobra-se em normas e regras de conduta que lhes dão vigor e substância, instrumentos para regular o caráter democrático e participativo para toda a militância. É fator de educação, disciplina e coesão das fileiras militantes, componente da melhoria geral dos métodos e estilos da vida partidária. É necessário aprimorar essa institucionalidade, refletindo a sistematização de nossa experiência e desenvolvendo as regras fixadas no Estatuto.

Quadros para o novo tempo: A dialética do desenvolvimento do trabalho partidário indica que quanto maior e mais extensas são as fileiras partidárias, mais se exige direções sólidas e coesas. É grande a experiência do PCdoB nesse terreno, e ela comprova que sem quadros formados e dedicados, não se constrói tais direções. Os quadros são o tesouro mais precioso do PCdoB, e a eles deve se dedicar o melhor dos esforços para descobrir seu potencial e cultivar sua dedicação à luta em múltiplas facetas. O vetor central de uma política renovada de quadros é sua formação e promoção em maior intensidade, renovando visões e práticas estabelecidas, apostando com confiança na capacidade do PCdoB, em expan-



Comitê Central debateu os novos desafios organizativos do PCdoB

são, assegurar a formação dessa nova geração de quadros. O novo e o veterano conviverão em mútuo aprendizado, com generosidade, e essa é a base para ampliar a fileira de quadros necessária para um PC de massas.

Estruturar mais e melhor o partido, superando as defasagens existentes: Ao longo de cinco anos, entre 1999 e 2003, o Partido introduziu planos nacionais de estruturação, implicando a construção política, ideológica e organizativa. Sob a consigna de “cuidar mais e melhor do Partido”, e elaborados para enfrentar o descompasso ideológico e organizativo, foram frutíferos os esforços, que se estenderam aos comitês partidários mais avançados, incorporando não só as frentes internas de atuação, mas também a ação política e de massas. Os PEPs, com avanços na formulação a partir de

técnicas de planejamento, incorporaram-se à cena partidária. Entretanto, as defasagens são dinâmicas e se repõem conforme os desafios que enfrenta o Partido. Será preciso aprofundar o esforço em torno dos eixos centrais da estruturação, que assume hoje uma forte nova centralidade e devem constituir uma síntese que precisa ser disseminada e assimilada de alto a baixo no Partido. E se expressam, por intermédio dos Planos de Estruturação Partidária, instrumento essencial a ser aperfeiçoado e consolidado na cultura política partidária. **Esses eixos são:**

Partido voltado para a ação política e de massas: O Partido avançará a partir do seu maior protagonismo político. Portanto, o esforço de maior e melhor estruturação corre em *dois trilhos*: a ação política institucional e a ação política de massas, em íntima ligação. Elas se assentam no leito comum de intensa elaboração política que tem por base a luta de idéias travada pelo Partido em prol de seu projeto político.

Ampliar as fileiras partidárias de modo direcionado: Sobre esses dois trilhos, a estruturação partidária precisa superar o espontaneísmo e ser direcionada rumo à base social definidora de nosso projeto político. Os *três eixos* desse esforço são: os trabalhadores, sobretudo o proletariado das grandes empresas do país; a juventude, sobretudo a juventude trabalhadora e estudantil; a intelectualidade, sobretudo os estratos médios técnicos e profissionais, do meio artístico, cultural e do meio acadêmico.

Partido para a luta, e na luta estruturar o Partido: A forma mais elevada de consciência social é a luta política, e a forma mais elevada e revolucionária de organização é o Partido Comunista. Por isso, na luta, visa-se sempre construir e estruturar o Partido. Trata-se de um movimento em *duas mãos* de direção, indissociáveis na prática avançada dos comunistas. É o que precisa ser assegurado na intensa ligação que têm os comunistas com os trabalhadores e todo o povo.

Atuar efetivamente pelas bases: As linhas centrais desse esforço consistem em: a) o principal é de constituir e organizar bases por local de trabalho; b) transformar as bases em centros de atividade política; c) lutar por dar vida regular às OBs, como centros de vivência de pessoas avançadas. As OBs são a peça chave da atuação política, de massas e eleitoral. “Nenhum militante comunista sem organização de base” precisa ser uma consigna permanente na vida partidária.

Assegurar quatro atitudes básicas na vida militante: Militar, estudar, divulgar as orientações partidárias e contribuir para sustentar a atividade do Partido são atitudes que expressam o compromisso do militante.

Consolidar Comitês do Partido nos grandes municípios do País: Esse esforço tem hoje um foco central na consolidação do papel dos Comitês Municipais, em especial nos municípios com mais de 100 mil habitantes. Sem esses comitês não se estabelecem

os laços entre a orientação política e a militância na base.

Enfrentar a flutuação da participação militante: A luta por ativar a participação dos que aderem ao PCdoB, para transformá-los em militantes, exige maiores esforços, e o instrumento principal hoje para essa luta é dar estabilidade à vida partidária pelas OBs, que representam a rede capaz de reter e ativar aderentes.

Garantir em bases políticas a sustentação material do Partido: O avanço nesse terreno implica em assimilar mais agudamente que a sustentação material tem na política o vetor dominante e na combinação de fontes sua base de apoio. A política do PCdoB tem bases sociais amplas por um projeto nacional-desenvolvimentista, que mobiliza trabalhadores e forças sociais empreendedoras. Desse relacionamento surgem possibilidades para a sustentação da atividade do Partido. A contribuição financeira militante é indispensável não apenas como aporte de recursos, mas como fator de educação dos comunistas. Deve-se caminhar para, de fato, assegurar os direitos militantes de elegerem e serem eleitos ao dever de estar em dia com suas contribuições. Por fim, as atividades de massa para finanças — festas, campanhas, eventos, promoções, etc —, são não apenas fontes de recursos, mas também instrumentos de ação política e influência partidária nos meios em que se atua.

Garantir a informação e ampliar a comunicação do partido com mais amplas parcelas da sociedade: O trabalho da frente de comunicação nos Estados e municípios precisa assimilar a exigência de fortalecer o sistema nacional de comunicação, para tornar mais conhecidas as idéias e bandeiras do PCdoB. O vetor dominante é o Portal do Partido — seu diário Vermelho e o Partido Vivo. Do ponto de vista do militante partidário, o órgão oficial do PCdoB, *A Classe Operária*, é ainda o instrumento central para sua informação. Precisa ter seu acesso assegurado a todo o coletivo. Do ponto de vista da ampla opinião pública, os programas de TV e rádio são momento de diálogo com milhões, e precisam estar associados com ações locais quando de sua transmissão.

Elevar o nível político e teórico dos militantes: É um compromisso do PCdoB dotar o militante partidário de experiência política, de uma concepção de mundo marxista, e de elevados valores éticos e morais. Ele o faz por intermédio do trabalho partidário na luta de idéias em curso no país, da formação e estímulo à auto-formação do militante e, sobretudo, de sua vida interna organizada, através do exemplo de dedicação à luta dos trabalhadores e de construção permanente do Partido. É preciso ampliar e renovar o repertório de meios e instrumentos voltados ao trabalho ideológico. Quadros e dirigentes municipais precisam ser destacados para os cursos do Partido, descentralizados pelo país. Militantes devem aproveitar o Curso Básico. Novos aderentes precisam receber organizadamente os primeiros rudimentos, o Bem-vindos(as) camaradas! Por isso, as frentes de formação e de propaganda adquirem enorme complexidade e precisam constituir um sistema integrado entre os instrumentos nacionais e as secretarias estaduais. No cerne desse sistema está a estruturação e dinamização da Escola Nacional do Partido pelo Instituto Maurício Grabois.

* Membro da Comissão Nacional de Organização

Documento em discussão

Os Comitês Estaduais estão preparando os debates e colocando o documento base em discussão entre os dirigentes partidários, de forma ampliada, e através de calendário específico. Pretende-se levar para o encontro cerca de 250 militantes que tenham participado dos debates, que estejam em dia com sua contribuição e tenham responsabilidade de direção partidária, nas suas diversas instân-

cias. Neste período de discussões preparatórias, poderão ser utilizados Encontros de quadros, reuniões setoriais, por regiões, reuniões de presidentes de Comitês municipais e seminários em nível estadual e dos principais municípios. O evento terá ainda como pauta a discussão e aprovação do 5º PEP (Plano de Estruturação Partidária) e a discussão do documento-base sobre o trabalho de organização.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ENTREVISTA

De olho no futuro

Para o ministro Agnelo Queiroz, entrevistado por A Classe Operária, em 2004 o Brasil será uma vitrine para o esporte mundial

RITA POLLI, DE BRASÍLIA

O ministro do Esporte encerrou 2003 festejando as duas medalhas de ouro conquistadas por atletas brasileiros na corrida de São Silvestre e afirma que os planos do Ministério 2004 incluem a principalmente a valorização do esporte como inclusão social.

Segundo Agnelo Queiroz, o Brasil tem todas as condições ampliar sua participação em competições esportivas nacionais e internacionais, a exemplo do ocorreu este ano nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo. "Vamos trabalhar para que as Olimpíadas de Atenas se transformem em uma vitrine para o esporte brasileiro".

A Classe Operária: *Quais as perspectivas para o trabalho do Ministério do Esporte em 2004?*

Agnelo Queiroz: Este ano será especial porque vamos realizar ações para marcar de forma positiva e definitiva o esporte no Brasil. Esse é o resultado de uma política de planejamento possível no governo Lula que é o primeiro a ter uma pasta específica para o esporte. Hoje há uma política dirigida à área e ampliamos e consolidamos a visão da importância do esporte como política de inclusão social.

A Classe Operária: *E o Congresso Nacional poderá contribuir?*

Agnelo Queiroz: A participação do Congresso será fundamental. Pretendemos aprovar algumas leis que mudarão a face do esporte no Brasil, como a lei de incentivo fiscal, que encaminharemos ao Congresso logo no início dos trabalhos legislativos, em fevereiro. A receptividade do Congresso é a melhor possível. Em 2003 foi formada a Frente Parlamentar em defesa do Esporte e o Ministério teve a felicidade de ser o segundo a receber o maior número de emendas parlamentares individuais. Esse foi um sinal de

excelente relação por parte do Congresso com relação à confiança no nosso trabalho.

Este ano nós vamos também lutar pela aprovação do projeto Bolsa-Atleta, de minha autoria, que já passou por todas as comissões da Câmara e deverá ir a plenário por força de um recurso do líder do PFL. É uma proposta muito bem elaborada e tem grande chance de ser aprovada para permitir o financiamento direto ao atleta carente, que terá acesso a algum tipo de financiamento para poder treinar.

A regulamentação dos bingos, com a ampliação do programa de recursos, é a proposta que está sendo discutida por uma comissão interministerial e deverá destinar os valores ao esporte social. A idéia é financiar o esporte amador e ainda dar apoio às federações nos estados. Essas são notícias maravilhosas do ponto de vista da ampliação desse financiamento.

A Classe Operária: *A prioridade será a área social?*

Agnelo Queiroz: A melhor notícia nesse particular é que vamos ultrapassar um milhão de crianças e adolescentes no programa Segundo Tempo, que deverá ampliar os atuais 2.680 núcleos em todo o Brasil. No ano passado nós fechamos com 518 mil crianças, e em 2004 vamos dobrar esse número chamando a atenção para o grande simbolismo que o esporte social alcança no governo Lula. Os mais de 50 parceiros incluem o SESC, a Prefeitura de São Paulo, as Forças Armadas, o Instituto Ayrton Senna, diversos clubes sociais, entre outros. Vão entrar aí também os recursos do bingo, cuja regulamentação vai permitir a inclusão de

mais de um milhão de crianças. Essas 518 mil já estão garantidas pelo Ministério e o acréscimo vai potencializar todo esse esforço de inclusão social.

A Classe Operária: *E o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente também é parceiro?*

Agnelo Queiroz: Vamos profissionalizar o acesso ao fundo da criança e do adolescente do Conanda. As empresas privadas poderão financiar programas de inclusão social por meio do esporte através de entidades civis. O financiamento via iniciativa privada por meio do isenção fiscal destinará recursos ao Conanda e a nossa previsão é bastante ousada com relação a esse patrocínio.

A Classe Operária: *E a participação nas Olimpíadas em agosto?*

Agnelo Queiroz: Estaremos na Grécia com uma vigorosa delegação de alto nível. Vamos ter uma apresentação melhor do que nos anos anteriores, e temos a chance de alcançar um desempenho melhor a partir desse processo recente de planejamento. Já estamos trabalhando as equipes olímpicas para Pequim em 2008, temos que pensar longe. Não podemos esquecer que somos candidatos a sediar as Olimpíadas de 2012.

Essa preparação dos esportistas precisa ser feita em dois ou três ciclos olímpicos para que o resultado seja percebido e nós estamos fazendo isso a partir de agora, esse é o nosso melhor investimento.

A Classe Operária: *Dá pra apostar em alguma modalidade para conquista de medalhas?*

Agnelo Queiroz: O espírito é de par-



Agnelo: esperança na Olimpíada

ticipação e congraçamento, mas acho que o voleibol masculino tem grandes chances por ter ganho o campeonato mundial e também a liga mundial. É o melhor time do mundo incontestavelmente. A ginástica tem chance, o volei de praia tanto o feminino quanto o masculino.

Logo após as Olimpíadas está prevista a Para-olimpíada, também em Atenas que são os jogos dos esportistas com necessidades especiais e o Brasil deverá ter um excelente desempenho para mostrar a valorização do esporte enquanto valor de cidadania.

A Classe Operária: *Pela primeira vez será feita uma conferência nacional para debater o esporte?*

Agnelo Queiroz: Essa é a novidade. Vamos reunir toda a sociedade para ouvir todos os interessados em discutir o esporte nacional e fazer a primeira convocação para reunir as entidades. A expectativa é de que a Conferência aconteça na primeira semana de junho em Brasília. Será a primeira vez que todos os envolvidos no mundo do esporte, as entidades da sociedade civil, os atletas, os dirigentes, os governos, as secretarias de esporte estaduais e municipais, a CUT, a UNE, a UBES e entidades que têm interesse na política do esporte para os segmentos de jovens, idosos, trabalhadores, mulheres, entre outros. Queremos que a conferência dê a palavra final nas políticas de esporte e isso será feito pela sociedade. É um calendário maravilhoso composto de forma ampla e com exemplo de cidadania e estímulo à inclusão social.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

Salvador diz não à intolerância religiosa

A maior cidade negra das Américas pode se tornar um exemplo de convivência pacífica entre as religiões

PEDRO CASTRO, DE SALVADOR

A capital baiana será um local onde os terreiros de candomblé sejam respeitados enquanto história de resistência cultural e religiosa dos afro-descendentes. Essa é a intenção da vereadora Olívia Santana, do PCdoB, que através de Projeto de Lei instituiu a data de 21 de janeiro como o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa. "Salvador não aceita a intolerância religiosa", afirmou a vereadora. No dia 21, a Fundação Palmares e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) promoveram na reitoria desta instituição de ensino superior uma celebração pluri-religiosa da data.

Este dia é lembrado em memória da Yalorixá Mãe Gilda de Ogum, que faleceu em circunstâncias marcadas por atos de intolerância praticados por adeptos de outra



Olívia Santana (centro) e religiosos

religião. Seu terreiro foi invadido, ela sofreu agressão e sua foto foi publicada num jornal de uma igreja neo-pentecostal citando-a como charlatã. Outro exemplo de intolerância ocorreu em agosto do ano passado, quando o médium Marcos Medrado, do Centro Espírita Cidade da Luz, foi agredido no estacionamento de um supermercado de Salvador.

Servindo como exemplo de convivência pacífica, adeptos de diversas religiões e credos estiveram presentes no ato pluri-religioso realizado na reitoria da Universidade Federal da Bahia. Líderes espirituais católicos, do candomblé, espíritas e protestantes, dentre outros, prestigiaram o evento. Também estiveram presentes o presidente da Fundação Palmares, Ubiratan Castro, o reitor da Universidade Federal da Bahia, Naomar Almeida, a ex-prefeita Lídice da Mata e o vereador comunista Reginaldo Oliveira, dentre outros.

Em discurso na Câmara dos Deputados proferido no dia 21, o vice-líder do PCdoB naquela Casa, Daniel Almeida, parabenizou a vereadora comunista Olívia Santana pela iniciativa e ressaltou que "o momento de realização deste evento é extremamente por-

tuno, uma vez que estamos diante da possibilidade de aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, onde se espera que o mesmo se constitua num marco legal que oriente, normatize e assegure a implantação de um amplo programa nacional de promoção da igualdade e de combate ao racismo e à discriminação racial". Daniel ressaltou ainda que, enquanto deputado que integra a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, reitera o seu compromisso em continuar na luta para por fim a todo e qualquer tipo de preconceito e intolerância.

A luta pela liberdade da prática religiosa é uma antiga bandeira do PCdoB. Ubiratan Castro, da Fundação Palmares (Ministério da Cultura), ressaltou a postura dos comunistas em defesa da liberdade religiosa nas Constituições de 1945 e 1988, por exemplo.

O movimento social não exclui o movimento político

Não é válido opor as organizações sociais aos partidos políticos e menosprezar como "tradicionais" os partidos que lutam pela transformação revolucionária da sociedade

JOSÉ REINALDO CARVALHO*

1 O Partido Comunista do Brasil, tal como os demais partidos comunistas e forças revolucionárias e progressistas, atribui importância de primeiro plano aos movimentos de massas e valoriza como estratégico o trabalho com eles e entre eles. Nossa concepção transformadora assume como princípio, historicamente comprovado pela longa trajetória de lutas políticas e sociais de mais de um século e meio, que as massas populares, e não as personalidades e as organizações políticas singulares, são os sujeitos da história, os principais atores das gestas emancipadoras.

2 Tomamos também como ponto de partida que a luta social nas condições do capitalismo, e hoje mais ainda em sua fase neoliberal, esgotar-se-ia em si mesma se estivesse circunscrita a objetivos limitados e parciais. Em uma sociedade onde impera a opressão social e nacional, o movimento social tem de adquirir um alcance anticapitalista, conteúdo e caráter de classe, consciência revolucionária e deve adotar posições programáticas relacionadas com a luta por uma nova sociedade, vale dizer, por um novo poder político. Destarte, a luta social e a luta política, o movimento social e o partido político não podem ser considerados isoladamente. "Não digam que o movimento social exclui o movimento político. Não há jamais movimento político que, ao mesmo tempo, não seja social", dizia Marx em *Miséria da Filosofia*. Hoje, quando se fala do "novo movimento", "movimento dos movimentos", o que tem sua validade, levando em consideração as novas condições da época em que vivemos, o que não é válido é opor o movimento social ao movimento político, as organizações sociais aos partidos políticos e menosprezar como "tradicionais", ou seja, superados historicamente, os partidos que lutam pela transformação revolucionária da sociedade e as organizações de classe.

3 Naturalmente, houve no passado, e há também hoje em dia, erros de concepção, condução e método por parte dos partidos comunistas e outras forças revolucionárias em suas relações com os movimentos de massas. Certamente, há novos atores sociais que não estão contidos nos modelos clássicos de análises de classes da sociedade. O mundo passou por mudanças e temos de enriquecer nossas análises. Porém não se pode, ao tentar criticar esses erros, incorrer em outro, o de negar o papel do fator consciente na luta revolucionária, que não virá espontaneamente, nem sequer só "de baixo", "da base". São indispensáveis a teoria e a inteligência coletiva, o que só se obtém através do amadurecimento dos partidos políticos revolucionários de classe.

4 A visão dos comunistas brasileiros sobre o tema baseia-se em nossa experiência e situa-se historicamente. Em linhas gerais, pode-se dizer que as características do movi-



José Reinaldo, do PCdoB, fala durante ato internacionalista em Santiago do Chile

mento social no nosso país são a sua permanência histórica, sua diversidade e sua ação através do método da unidade e da frente única. Distinguem-se como fases históricas:

A luta contra a ditadura (meados dos anos 1960 até meados dos anos 1980). Mesmo quando a resistência àquele faci-

As novas dinâmicas na vida social se refletem na construção de novas identidades, reivindicações, estruturas organizativas e formas de manifestação e de luta, e sua afirmação não pode negar o papel do fator consciente na luta revolucionária

noroso regime assumiu a forma de combate armado, nunca os movimentos de massas deixaram de jogar um papel e nunca as forças progressistas, entre elas os comunistas, os menosprezaram. A ditadura não teria sido derrotada se os movimentos e organizações de massas não tivessem sido ativos protagonistas desempenhando inestimável papel político. Refiro-me às organizações sindicais, estudantis, camponesas, de mulheres, comitês pela anistia a presos políticos, comitês pela convocação de eleições diretas, comitês

de luta contra a fome, organizações de base da igreja etc. Os partidos revolucionários atuavam na clandestinidade, estavam fundidos, mimetizados em ditas organizações e estas mantiveram sua autonomia, seu papel protagonista e atuaram com unidade. Poderíamos, se houvesse tempo, fazer uma digressão para demonstrar que ocorreu o mesmo fenômeno em épocas anteriores desde a primeira metade do século XX. O que apresento não quer dizer que os comunistas e as demais forças da esquerda não tenham autocriticado a fazer sobre o tema, porém não se pode imputar-lhes a acusação de menosprezarem os movimentos de massas. Esta foi uma característica importante da atividade dos comunistas na história.

Com a conquista da liberdade política em 1985, que não foi uma revolução mas representou uma mudança política profunda em nosso país, irromperam os movimentos de massa com grande força, assim como os partidos de esquerda deixaram de ser meramente de quadros para ser também de mas-

sas. Corresponde a esse período a fundação e a afirmação do Partido dos Trabalhadores, a partir das lutas sindicais, e as campanhas pela legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foram campanhas de massas. Pode-se mencionar também a luta pela nova Constituição democrática, quando a capital do país, Brasília, a sede dos poderes Legislativo e Executivo, se transformou em cenário de manifestações diárias durante muitos meses para que fossem inseridos na nova Constituição os direitos do povo pelos quais se batiam os movimentos sociais.

5 Atualmente, no Brasil e no mundo, os movimentos de massas são impulsionados na resistência à ofensiva generalizada da burguesia, da reação mundial e do imperialismo contra os direitos dos povos, a democracia, a soberania nacional, a segurança e a paz. Evidencia-se cada vez mais que o desenvolvimento destrutivo do capitalismo traz a barbárie. Seus efeitos visíveis são a degradação da vida, a exclusão social, a privação de direitos, o desemprego, a miséria, a violência, o crime organizado, a insegurança pública, a crise da civilização urbana. No plano político, as relações internacionais são marcadas pela militarização e a guerra.

6 As forças progressistas têm diante de si o grande desafio de compreender essa realidade, suas causas e seu sentido e, a partir dessa compreensão, incidir de maneira qualificada nos movimentos sociais, mergulhar neles, deitar raízes, ligar-se a eles e contribuir para apontar caminhos de luta por uma nova sociedade que supere aqueles fenômenos, o que significa lutar pela supressão do próprio capitalismo, indicando o conteúdo de classe dos problemas e a natureza das lutas capitalistas e neoliberais vigentes. 7 Igualmente se pergunta: que há de peculiar e novo neste momento, no novo movimento. Há uma globalização que é transversal e

simultaneamente vertical, que gera e reproduz a opressão social e política em todo o planeta, e é agravada pela crise sistêmica do capitalismo e pela hegemonia do imperialismo norte-americano com sua política de guerra. A transversalidade da globalização não significa o apagamento da dominação nacional, das contradições interimperialistas e a formação de um diretório mundial governando o planeta. No vértice do sistema de poder mundial nesta época de globalização encontra-se o imperialismo norte-americano, cuja estratégia é cada vez mais lutar pelo primado dos interesses desse mesmo imperialismo. Há também a realização de transformações técnico-científicas, transformações no mundo do trabalho, transformações culturais para as quais concorre o monopólio dos meios de comunicação e seu amplo alcance, transformações no modo de vida etc. que fazem surgir novas dinâmicas na vida social manifestadas na construção de identidades, na formulação de novas reivindicações, na criação de novas estruturas organizativas e novas formas de manifestação e luta. Deve-se ressaltar a emergência das mulheres e seu papel na vida social, o advento de um movimento cultural de massas, a manifestação aguda de problemas étnicos e raciais, o perigo da devastação ambiental, as questões de comportamento, de orientação sexual, a crise da vida urbana, novos fatores psico-sociais, uma espécie de neurose coletiva, de isolamento das pessoas, dificultando em muito a mobilização e a organização coletivas.

8 Surgem assim, novos cenários de luta, as causas e os objetivos finais e parciais se diversificam, assim como os atores, os enfoques e os critérios, cujo resultado é a criação de uma imensa rede de organizações e coordenações. Compreendê-las, aproximar-se delas constitui um grande desafio a ser enfrentado por todos que almejam a transformação social. É necessário captar o alcance e o sentido objetivamente revolucionário das lutas sociais, ainda quando quase sempre esse sentido não seja claro para esses atores.

9 Na análise sobre as relações entre os movimentos sociais e os partidos políticos e dos mencionados fenômenos objetivos contemporâneos, há de se levar em conta também outros fatores:

A impossibilidade de o capitalismo na fase neoliberal, de Estado mínimo, de liquidação do Estado de bem-estar social, da aniquilação da autonomia nacional dos países pobres, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, atender satisfatoriamente às crescentes demandas sociais.

A derrota histórica do socialismo e do movimento revolucionário com todo o impacto que isso tem em termos de declínio e refluxo e perda da influência política dos partidos comunistas.

onde viceja toda a sorte de organizações do terceiro setor e cujos resultados de suas ações são a fragmentação e a colaboração de classes. ►►

É preciso combater o reformismo, a conciliação de classes, a domesticação e fragmentação das lutas sociais, o apoliticismo, o apartidarismo e as discriminações aos comunistas e demais forças revolucionárias

Vazio político e apartidarismo

HISTÓRIA

Bandeiras Vermelhas da Paraíba

Waldir Porfírio ajuda a melhorar a visão da ação do Partido Comunista do Brasil ao registrar o desdobramento que ela teve em seu estado

APOLINÁRIO REBELO

Li recentemente o livro *Bandeiras Vermelhas - a presença dos comunistas na Paraíba, 1900-1960*, de Waldir Porfírio. Antes do livro, vou falar de seu autor, uma figura múltipla, autor dos perfis de José Joffily, ex-deputado federal e um dos líderes das campanhas nacionalistas dos anos 50, e de Argemiro de Figueiredo, ex-governador paraibano. É dirigente comunista e homem da comunicação, jornalista e escritor. Conhecido e propagandista da literatura de cordel recita freqüentemente os versos de autores como Oliveira de Panelas, seu conterrâneo, e outros. Dono de fina ironia é capaz de galvanizar platéias com suas estórias.



Waldir Porfírio

Waldir nos brindou, no final de 2003, com o livro que desfralda e resgata 60 anos de ação das "Bandeiras Vermelhas" na Paraíba. Mergulha nos primórdios da luta operária em seu Estado, no início do século passado, localizando as primeiras indústrias, sua distribuição geográfica e as primeiras refregas das lutas proletárias na Paraíba. Livro que uma enquête feita pelo jornal *A União*, que ouviu 1.045 artistas, escritores, jornalistas, professores e estudantes paraibanos, apontou como a melhor obra de não ficção de 2003.

Mostra as origens do pensamento socialista no estado, a repercussão da revolução russa de 1917, o comportamento dos comunistas locais diante da revolução de 1930, os progressos feitos pela Partido Comunista do Brasil nos movimentos sociais, as vigorosas greves que sacudiram a Paraíba em 1935 e a frustrada tentativa da insurreição nacional libertadora articulada

Uma enquête do jornal A União apontou Bandeiras Vermelhas como a melhor obra de não ficção de 2003

pelo PCB após o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, por decreto do presidente Getúlio Vargas, em 13 de julho daquele ano. O equivocado apoio do PCB a uma possível independência do Nordeste.

Foca a luta dos comunistas na resistência ao Estado Novo, o combate à ditadura, a mobilização pela entrada do Brasil na guerra contra o eixo fascista formado pela Alemanha, Itália e Japão. Expõe a ascensão do movimento comunista na Paraíba puxado por jovens e talentosas lideranças e personalidades importantes de João Pessoa e Campina Grande. Conta o apoio dos comunistas a Getúlio no imediato pós guerra e a disputa eleitoral que ocorreu em 1945 com a eleição do advogado João Santa Cruz, primeiro comunista a ocupar um mandato na Assembléia Legislativa. Narra os progressos políticos do Partido em Campina Grande, Mamanguape e outras cidades do estado.

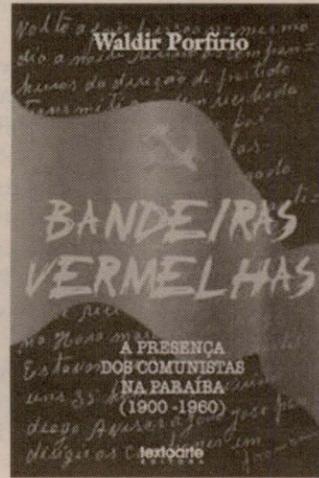
Waldir historia a legalidade do Partido, a conquista de 14% do eleitorado de João Pessoa, e de mandatos parlamentares nas Câmaras Municipais de João Pessoa, Campina Grande e Mamanguape, a luta contra a cassação do registro da legenda em 1947 e a defesa dos mandatos comunistas.

Relata o trabalho de comunicação do Partido. As origens e a luta pela manutenção do *Jornal do Povo*, primeiro diário comunista da Paraíba. Resgata a disputa política e ideológica com o jornal anticomunista *A Imprensa*, editado pela igreja católica que, à parte desse embate, prestou informações fundamentais na elaboração do livro.

Waldir vai desfiando histórias sobre as lutas estudantis e juvenis, sobretudo dos secundaristas do Liceu Paraibano, as lutas das mulheres, os primeiros de maio, as lutas sindicais, a campanha pelo monopólio estatal do Petróleo e a resistência contra a cessão da ilha de Fernando de Noronha aos EUA no governo de Juscelino Kubitschek. Resgata a trajetória das lutas camponesas, o esforço do partido na organização dos trabalhadores rurais. Conta um pouco da vida de João Pedro Teixeira, pernambucano que mudou para Sapé, fundando a Liga camponesa local e

o sindicato rural que ficaram imortalizados no filme de Eduardo Coutinho *Cabra Marcado para Morrer*, lançado em 1984.

Waldir recupera a trajetória dos jovens comunistas Baldomiro Souto, Felix Araújo e Geraldo Baraculy, cometas que iluminaram com suas passagens fulminantes a história da Paraíba no anos 40 do século passado e que protagonizaram tragédias que emocionam até hoje. É um livro valioso, que relata os resultados da pesquisa que Waldir decidiu fazer estimulado pela Comissão de História do PCdoB, encarando o desafio de ajudar a aprofundar o conhecimento da ação comunista no Brasil registrando seus desdobramentos em cada estado ou região do país, um trabalho fundamental para "nacionalizar" essa rica história de lutas.



10 É nesse quadro político que surge o Fórum Social Mundial e o movimento antiglobalização que em suas três versões de Porto Alegre, agora em Mumbai, Índia, e nos embates de ruas desde Seattle, revelam as novas potencialidades deste novo movimento, o que ficou muito evidente nas memoráveis jornadas contra a guerra imperialista no ano passado. O FSM se afirma como movimento antiglobalização, anticapitalista, antiimperialista, antiguerra e, pelo menos as suas ramificações latino-americanas, como movimento anti-Alca, ainda que nem sempre esse sentido esteja claro para as organizações que o constituem e que muitas vezes sejam imprecisas, contraditórias, confusas e ecléticas as suas formulações e decisões.

11 O FSM se perfila com essas características em um marco muito amplo e diversificado de organizações, forças políticas e correntes de opinião. Os comunistas devemos atuar e efetivamente atuamos aí, considerando o FSM como ponto de convergência e encontro para a ação comum, um terreno propício para impulsionar a unidade do movimento de massas e o trabalho em frente única.

12 Por isso, quaisquer atitudes hegemônicas e excludentes ou intenções de enrijecer para transformar artificialmente o FSM em um novo centro de formulações e decisões constituirão uma deformação e serão prejudiciais à luta. Se é verdade que a luta é cada vez mais global, não é menos verdade que não se podem apagar as peculiaridades nacionais e que é contraproducente fabricar agendas que ignorem as agendas nacionais. Em países como o Brasil, com suas características de país continental na esfera de dependência do imperialismo norte-americano, onde avultam problemas sociais entrelaçados com os derivados da dominação externa, a questão nacional tem uma particularidade que não pode ser ignorada, mormente agora nas novas condições em que se observa novo dinamismo político e social.

13 São também tendências a combater, nos marcos de uma atuação ampla e unitária no Fórum Social Mundial, o reformismo, a conciliação de classes e a tentativa de domesticar e fragmentar as lutas sociais, o esvaziamento do caráter político e de classe dessas lutas, assim como o apolitismo, o apartidarismo e as intoleráveis discriminações aos comunistas e demais forças revolucionárias.

14 Finalizo voltando ao Brasil: em nosso país o movimento de massas tem como característica lutar para manter sua independência em uma situação em que o governo central da República e alguns governos estaduais e municipais são, com os limites próprios do quadro político e os limites políticos e ideológicos da força dirigente da transição – o PT – forças aliadas na luta por transformações progressistas, democráticas e sociais. A transição brasileira vive impasses decorrentes de um incipiente grau de acumulação de forças revolucionárias, além de uma tendência à acomodação por parte da força dirigente, voltada muito mais para a gestão do poder pré-existente com horizonte de curto prazo do que para impulsionar mudanças de profundidade na situação política e social. O diferencial poderá ser o movimento de massas, fator capaz de forjar convicções e forçar alterações de rumo.

Santiago, Chile, 9 de janeiro de 2004.

* vice-presidente e secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil. Palestra feita III Seminário Político Latino-Americano e Europeu, Santiago, Chile 9 a 11 de janeiro de 2004.

Solidariedade a defensor dos direitos humanos

Greenhalgh, deputado federal PT-SP, recebe solidariedade de democratas e da OAB em resposta a reportagem da Folha com falsas acusações de bandido

No dia 23 de dezembro de 2003, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou que o preso Rodolfo Rodrigo dos Santos Oliveira, acusado pelo assassinato do prefeito de Santo André, SP, Celso Daniel (PT), disse ter sido torturado pelo advogado e deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT/SP), "para que confessasse o crime". Um dos fundadores do Comitê Brasileiro de Anistia, nos anos 1970, e advogado de vários presos políticos e movimentos sociais, Greenhalgh recebeu manifestações de solidariedade de diversas personalidades. No dia 16 de janeiro, entregou, em ato público na sede paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um pedido público de desagravo.

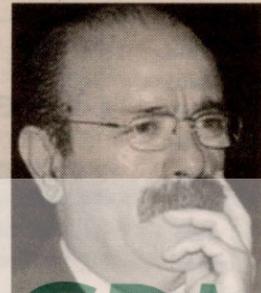
Greenhalgh disse que a acusação feita contra ele "foi proposital e quero descobrir as causas". Celso Daniel foi seqüestrado na noite de 18 de janeiro de 2002 e depois assassinado. Na terça feira seguinte, Greenhalgh

falou com Lula, então candidato à presidência da República, que pediu: "Quero que você largue tudo e investigue este caso". O advogado mergulhou então no caso, deixando de lado sua campanha eleitoral.

Ele afirma estar "absolutamente convicto de que o caso está resolvido". Acusa os promotores de Santo André de querer "politizar o caso desde o primeiro dia. Tive que conviver com grupos em disputa na administração de Santo André". Quando ficou claro que se era um crime comum, "os procuradores foram embora da investigação". E agora "reabriram o caso através de uma investigação clandestina. Foram ao presídio, conversaram em particular com todos os acusados e ofereceram um acordo, de delação premiada. E aí as coisas

mudaram. Ofereceram a possibilidade de redução da pena. Possivelmente por isso, um dos presos me acusou".

Greenhalgh também não poupa a *Folha de S. Paulo*, com a qual diz ter "um longo contencioso" devido a um processo em que esteve envolvido em 1994, quando o jornal publicou uma matéria ofensiva ao Lula. "Pedimos", diz ele, "uma indenização de 200 salários mínimos e a publicação integral da sentença final no jornal. Eles perderam e tiveram de publicar a sentença, coisa que aconteceu dia 17 de dezembro. No dia 23, eles veicularam uma acusação de um processo que corre em segredo".



Greenhalgh

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Fonte: Agência Carta Maior

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Virar rede das redes?

Na Índia, o encontro anual discute sua identidade

RICARDO ABREU (ALEMÃO)*

O Fórum Social Mundial (FSM) fortalece-se a cada ano. Espaço de denúncia do imperialismo e de combate ao neoliberalismo, é também um processo de debate de alternativas para a humanidade cuja quarta edição aconteceu em Mumbai, Índia, de 16 a 21 de janeiro.

Foram cerca de 120 mil ativistas, entre os quais mais de 80 mil delegados de movimentos populares, entidades da sociedade civil e ONGs de todos os continentes. Durante o Fórum, ocorreram milhares de debates na forma de conferências, painéis, testemunhos, seminários, oficinas e assembléias de movimentos sociais. A delegação brasileira foi estimada em 400 pessoas.

Os comunistas indianos tiveram um papel imprescindível para construir esta edição. Participaram ativamente do Comitê Organizador e promoveram um ciclo de debates sobre a atualidade da luta pelo socialismo, com a participação de duas entidades científicas indianas, nas quais participam militantes do Partido Comunista da Índia (Marxista) e do Partido Comunista da Índia.

Uma das mais importantes atividades do Fórum foi o painel "Os desafios do socialismo hoje", do qual participou o cientista político brasileiro e membro do Comitê Central do PCdoB, Luis Fernandes, pelo Instituto Mauricio Grabois, e outros onze oradores de institutos de pesquisa e revistas marxistas, todos eles importantes dirigentes comunistas da Índia, China, Cuba, Portugal, EUA, Grécia, Turquia, Itália, França, Alemanha, e ainda a vice-presidente da República Socialista do Vietnã, Nguyen Thi Bihn.

Em sua intervenção, Fernandes afirmou

que o socialismo é uma necessidade histórica para a humanidade, agora mais que nunca, em um momento em que não há mais um sistema socialista internacional, mas países socialistas. Ressaltou que para lutar contra o poder do imperialismo é preciso construir o poder dos trabalhadores e dos povos, e não recusar a luta pelo poder, como propõem alguns ativistas ingênuos. Falou ainda sobre o Brasil, onde estamos tentando construir uma alternativa nacional ao modelo neoliberal.

Paralelamente ao Fórum, houve também um Encontro Comunista Internacional, em um bairro residencial de trabalhadores, para o qual os comunistas indianos mobilizaram milhares de militantes e realizaram um ato político com a participação de dezenas de partidos comunistas de todo o mundo. Nele, o PCdoB esteve representado por Ricardo Abreu, membro Secretariado e da Comissão Política do Comitê Central.

Depois desta quarta edição, a presença dos comunistas no FSM não é mais um tabu e é vista com mais naturalidade. Os comunistas formam uma corrente político-ideológica que teve e tem forte inserção nos movimentos populares e assim o FSM se fortalece.

A cidade de Mumbai (antiga Bombaim) fica em no estado indiano de Maharashtra. É uma cidade portuária, com um sistema de transporte desenvolvido e a principal porta de entrada da Índia por ar e por mar. É o centro financeiro do país e também palco de memoráveis lutas dos trabalhadores, principalmente de operários da indústria têxtil e de ferroviários. Em Mumbai, a riqueza da cultura indiana e os problemas sociais e ambientais estavam escancarados para os participantes de outros países.



Ato comunista realizado durante o Fórum Social Mundial na Índia

Ao contrário de Porto Alegre, onde a maior parte dos participantes vinha de camadas médias com bom nível de renda e escolaridade, a marca do FSM em Mumbai foi a grande maioria ser formada por pessoas pobres e com menor escolaridade, vindos de Nova Delhi e das maiores cidades, assim como de muitas localidades interioranas e muitas vezes tribais.

Os temas foram muito bem escolhidos, apesar das dificuldades com a tradução, restrita a poucas atividades por falta de recursos financeiros. A maior parte é de indianos e — ao contrário do que se diz — na Índia somente 6% da população falam e compreendem o inglês (que acabou se tornando a língua oficial do FSM em Mumbai). Outra característica distintiva deste 4º FSM foram as combativas e alegres apresentações, marchas e manifestações político-culturais, criticada por alguns que discordam do FSM enquanto um "festival", mas que podem se incorporar definitivamente ao evento, sem prejuízo dos debates.

O evento foi marcado também por forte polêmica sobre seu futuro, debate que aconteceu de maneira mais explícita na reunião do Conselho Internacional, realizada nos dias 21 e 22 de janeiro, depois do encerramento do FSM. Resumidamente, há duas posições e um consenso. Uma das posições considera que o FSM pode se esgotar em si mesmo se não mudar e encarar o desafio de se tornar um articulador de campanhas e ações unitárias dos movimentos sociais e

ONGs, uma espécie de "movimento dos movimentos" ou de "rede das redes". A outra posição defende a atual Carta de Princípios e a manutenção do FSM em seu formato atual, ou seja, um espaço de articulação de várias propostas, campanhas e ações unitárias, sem uma diretiva com prioridades e sem decisões de todo o FSM. Alguns dos principais organizadores da Rede Mundial de Movimentos Sociais concordam com esta posição, pois a rede já cumpriria este papel unificador de campanhas e ações. Já o consenso é que a próxima edição do FSM, que voltará para Porto Alegre em janeiro de 2005, deve avançar e inovar em aspectos metodológicos para facilitar o diálogo, a convergência e a articulação de campanhas e ações, mas mantendo a atual Carta de Princípios.

Finalmente, a Rede Mundial de Movimentos Sociais, reunida em quatro assembléias de ativistas durante o Fórum, convocou todos os movimentos sociais para realizar grandes manifestações no dia 20 de março, pela paz, contra a guerra imperialista e pela retirada das tropas de ocupação do Iraque. Uma decisão apoiada pelos comunistas presentes no FSM, que querem um 20 de março maciço e combativo. Mais informações a respeito podem ser encontradas na página www.movsoc.org da internet.

*secretário de Juventude e de Movimentos Sociais e Populares do PCdoB

CINEMA BRASILEIRO

Melhorou, mas a lógica ainda está invertida

O governo passa de 35 para 63 dias por ano a cota de exibição obrigatória de filmes nacionais

JEOSAFÁ FERNANDEZ GONÇALVES*

“A cota de tela é uma reserva de mercado muito usada nos países emergentes para proteger o cinema nacional da ocupação total pelo produto estrangeiro hegemônico, o cinema americano. Trata-se de garantir ao filme brasileiro as condições mínimas para que realize plenamente suas potencialidades no mercado interno” declarou Orlando Senna, secretário para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais do Ministério da Cultura.

No final do ano passado o governo Lula tomou uma atitude coerente para com o cinema brasileiro, aumentando a cota obrigatória de exibição de obra nacional de 35 para 63 dias. É pouco, dizem os pessimistas. É quase o dobro, dizem os otimistas. É demais! dizem as majors, as todopoderosas multas do cinema — particularmente as norte-americanas. Mas, sinceramente, e falando baixo para ninguém nos ouvir: se não desaprendi de fazer contas, 63 dias são dois meses. Então está: 12 menos 2 igual a 10, dois meses para o Brasil, 10 meses para as majors, no próprio mercado brasileiro.

A conta está certa, mas há algo errado

nessa conta, e não é a matemática. E o que está de errado é que, em se tratando de cinema, o Brasil vive uma situação ultrajante de ocupação. A palavra é forte, mas assim é.

As majors, e também aqueles que defendem a ação anárquica das forças de mercado, dizem: o problema são as apenas 1600 salas de exibição pelo país, o que faz todo mundo brigar pelos mesmos exíguos espaços. E dizem

também: mas cadê filme brasileiro para ocupar o espaço que se pleiteia?

Os Estados Unidos tratam seu cinema como questão de Estado. E nisto estão certos. Mas querem que os outros atirem seus filmes na vala comum do mercado sem lei, como se todos gostassem de fazer papel de índio em longa-metragem de faroeste.

A verdade é que se o Brasil tivesse prote-

gido seu cinema como decidiu proteger seu petróleo, hoje teríamos uma indústria cinematográfica à altura da criatividade de seus cineastas, atores e técnicos, e do potencial de seu público, que se não vai mais ao cinema, não é porque não queira, mas é porque pagar até 15 reais por entrada é de amargar.

*Presidente do Centro Cineclubista de São Paulo

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL

A Classe Operária

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

PCdoB
Proletários de todos os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

- Cheque nominal
 Dinheiro
 Cartão de crédito C D V A
 Nº.: _____
 Validade: ____/____/____ (MÊS/ANO)
 Vale postal nº. _____
 Depósito em conta corrente
 Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ CEP: _____
 Cidade: _____ UF: _____
 Tel. res.: (____) _____
 E-mail: _____
 Profissão: _____

CDM

Centro de Documentação e Memória
 Fundação Mauricio Grabois

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010
 Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

Data assinatura: _____ Ed. final nº: _____
 Edição inicial nº: _____

Uma monumental república de bananas?

Com o endividamento externo recorde dos EUA, um enfraquecimento abrupto do sentimento dos investidores em relação ao dólar poderá produzir conseqüências adversas no país e no exterior

PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR*

As dúvidas sobre a solidez financeira dos Estados Unidos aumentaram muito no passado recente. Na era Bush, a economia americana começou a apresentar indicadores macroeconômicos alarmantes, dignos da melhor tradição das repúblicas bananeiras. Alguns economistas americanos, entre eles Paul Krugman, consideram os dados dos EUA comparáveis aos de economias subdesenvolvidas problemáticas, daquelas prestes a entrar em crises financeiras de rachar quarteirão.

Há exagero na comparação? Talvez. Afinal, os EUA são os EUA. Possuem recursos de poder político e econômico sem igual. Têm o privilégio de financiar seus desequilíbrios internacionais com papel-moeda. Emitem passivos externos na sua própria moeda — mais de 90% das obrigações externas do país são denominadas em dólares.

Mas não há dúvida de que o quadro econômico-financeiro americano sofreu grande deterioração nos últimos anos, constituindo uma ameaça para os EUA e o resto do mundo.

No que diz respeito às contas públicas, por exemplo, o estrago foi impressionante. Entre os anos fiscais de 2000 e 2003, o governo federal passou de um superávit de 2,5% do PIB para um déficit de quase 4% do PIB — apesar da acentuada queda das taxas de juro

incidentes sobre a dívida governamental. As finanças estaduais e locais também registraram piora acentuada. O déficit fiscal dos EUA é atualmente o segundo maior do mundo desenvolvido, só superado pelo do Japão.

Grande parte dessa mudança resultou da recessão de 2001 e da debilidade da reati-

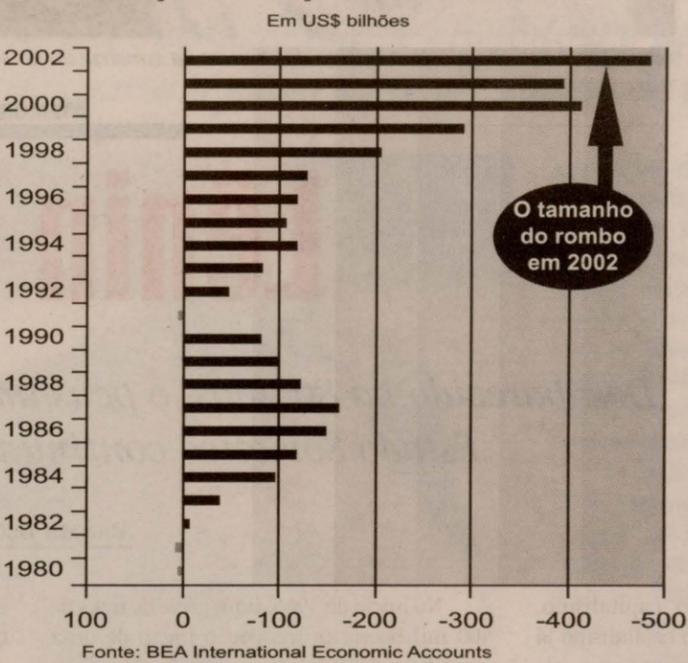
vação subsequente. Mas sucessivos cortes de impostos e aumentos de gastos militares e não-militares explicam cerca de metade da deterioração nas contas federais desde 2000, segundo estimativas do FMI divulgadas há poucos dias (International Monetary Fund, "U.S. Fiscal Policies and Priorities for Long-Run Sustainability", Occasional Paper 227, January 2004, www.imf.org). Para o ano fiscal de 2004, prevê-se um déficit federal superior a 4% do PIB.

A recuperação mais rápida do nível de atividade econômica, em curso desde 2003, contribui para reduzir o déficit fiscal, ao favorecer o aumento das receitas tributárias e a diminuição de certos tipos de gastos, como as transferências a desempregados. Essa mesma recuperação, contudo, agrava um outro desequilíbrio preocupante da economia: o das contas externas.

Em 2003, o balanço de pagamentos em conta corrente dos EUA registrou um déficit da ordem de 5% do PIB. Com os Estados Unidos crescendo bem mais do que a área do euro e o Japão, a tendência é que esse déficit continue aumentando em 2004 — apesar da depreciação do dólar.

A situação está ficando constrangedora. Ao final de 2003, o passivo externo líquido dos EUA alcançou aproximadamente 25% do PIB e está crescendo cerca de 5% do PIB por ano, como lembrou o presidente do banco central americano (Alan Greenspan,

Saque a descoberto sobre o resto do mundo
Balança de transações correntes dos EUA



"Remarks before the Bundesbank Lecture 2004", Berlin, January 13, 2004, www.federalreserve.gov). As projeções do FMI indicam que os EUA caminham para um passivo líquido da ordem de 40% do PIB em poucos anos — um nível de endividamento externo sem precedentes para um país desenvolvido de grande porte.

Refletindo esses desequilíbrios, o dólar vem perdendo valor em relação a outras moedas desde 2002. Por enquanto, a depreciação da moeda americana tem sido razoavelmente ordenada. O risco, contudo, é que uma súbita mudança no apetite de investidores externos por ativos americanos transforme o declínio ordenado em colapso. Nesse caso, haveria forte instabilidade nos merca-

dos financeiros, com intensas repercussões na economia internacional.

O FMI não costuma fazer advertências públicas enfáticas — muito menos a seu principal acionista. Mas a situação dos EUA chegou a um ponto em que até o staff do Fundo resolveu aumentar o tom.

No estudo já citado, o FMI adverte que os riscos globais de um ajustamento desordenado das taxas de câmbio, especialmente para os mercados financeiros, não podem ser ignorados. Com o endividamento externo dos EUA em nível recorde, um enfraquecimento abrupto do sentimento dos investidores em relação ao dólar poderá produzir conseqüências ad-

versas no país e no exterior. A situação das contas públicas americanas "ainda é administrável", sustenta o documento do Fundo, mas "o raio de manobra está se estreitando rapidamente".

Nesse ambiente, países ainda vulneráveis como o Brasil devem redobrar os seus esforços de ajustamento externo e autodefesa. Isso significa (repito pela enésima vez) manter uma taxa de câmbio competitiva, acumular reservas e administrar cuidadosamente os passivos internacionais do país.

*economista, pesquisador visitante do IEA/USP e professor da FGV-EAESP. Artigo publicado originalmente na Agência Carta Maior (www.agenciacartamaior.com.br), em 20/1/2004

RELAÇÕES EXTERIORES

O Brasil não é a "casa da mãe Joana"

O piloto norte-americano Dale Hersh ofendeu a funcionária da Polícia Federal em Cumbica e, para sua surpresa, acabou preso

JOSÉ CARLOS RUY

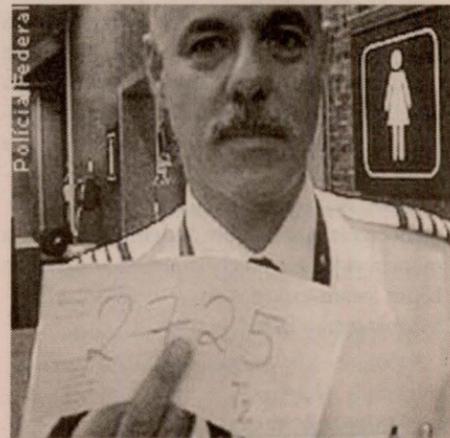
O piloto norte americano Dale Hersh sentiu-se, certamente, como o ator John Wayne, num México de filme, verdadeira "casa da mãe Joana" para os cidadãos do norte do Rio Grande. Mas não estava lá, e sim um país real, consciente de sua soberania e do respeito que deve haver entre os povos, respeito que se traduz, principalmente, no respeito às leis de cada país.

Por isso, deve ter ficado muito surpreso ao receber voz de prisão, no dia 14 de janeiro, dos policiais federais do Aeroporto Internacional de Cumbica, em São Paulo, depois de desacatar, com um gesto obsceno, a funcionária responsável pela identificação dos norte-americanos

que desembarcam ali. Hersh pôs o dedo médio em riste no momento em que era fichado e foi apoiado na pândega pelos outros integrantes da tripulação do voo AA 907, da American Air Lines, que não aceitaram identificar-se e foram, por isso, impedidos de entrar no Brasil. Depois de muita negociação, o incidente foi resolvido com o pagamento da multa de R\$ 36 mil, valor doado a uma instituição de caridade de Guarulhos, onde fica o aeroporto.

A identificação dos viajantes norte-americanos foi adotada por ordem da justiça brasileira e, depois, por portaria do governo federal, em reciprocidade ao tratamento que os brasileiros recebem ao desembarcar nos aero-

portos norte-americanos. E a surpresa quanto à reação brasileira, provavelmente, não foi apenas daquele piloto mal educado e de sua tripulação, mas também do presidente Bush quando, na Cúpula das Américas, o presidente Lula apresentou a seu colega norte-americano a proposta de suspensão da exigência de visto para visitas mútuas dos cidadãos dos dois países, como já ocorre entre os EUA e 27 outros países. Bush parece ter levado a sério a proposta de Lula, e mandou incluir o tema na pauta da próxima visita ao Brasil do secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, além de outros assuntos de nosso interesse, como a integração no Conselho de Segurança da ONU.



O piloto e o gesto

Segundo o ministro Celso Amorim, "se nós queremos a integração das Américas não é barrando a entrada das pessoas. Agora, isso tem de ser recíproco, porque a reciprocidade é o princípio básico das relações internacionais". Ele tem razão. Acabaram-se os tempos em que o Brasil se colocava de cocorás antes as bravatas e exigências dos poderosos do norte, e mesmo de seus funcionários subalternos...

Em 21 de janeiro de 1924 morreu o maior revolucionário do século XX. Seus funerais duraram quatro dias, envolvendo uma multidão de 900 mil pessoas, sob uma temperatura de 30 graus negativos, que foi dar o seu último adeus ao seu líder. Manifestações ocorreram em todas as partes do mundo. De Londres a Pequim os trabalhadores se reuniram para homenageá-lo. Mas quem foi Lênin?

Lênin nasceu em 1870. Ainda estudante de Direito, foi expulso por se envolver em manifestações estudantis e passou a viver sob vigilância policial. Neste mesmo período traduziu para o russo o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. Uma vez alguém lhe disse: "Você luta contra um muro de pedra" e o jovem Lênin respondeu: "um muro de pedra sim, mas apodrecido e cairá com um pontapé".

Sua primeira grande batalha teórica foi travada contra os populistas, que tinham a hegemonia na esquerda russa e pensavam que a Rússia poderia transitar diretamente para o socialismo sem passar pelo capitalismo. Lênin tinha consciência que o capitalismo já era uma realidade e juntamente com ele havia se desenvolvido o proletariado que cumpriria o papel de vanguarda na revolução. Foi na polêmica contra eles que escreveu *Quem são os "amigos do povo" e como lutam contra a social-democracia* e, depois, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Em 1895, depois de fundar a Liga da Luta para a Libertação da Classe Trabalhadora, foi preso e exilado na Sibéria.

Sua segunda grande batalha foi contra o revisionismo, de viés reformista, que se desenvolvia nos partidos socialistas europeus. Os reformistas superestimavam a importância das ações no plano institucional – parlamentar ou sindical. Este fenômeno chegou à Rússia através da corrente economicista. Para combatê-la escreveu, em 1902, o clássico *Que Fazer?*, onde afirmou que, sem a teoria socialista e ficando apenas na luta econômica, a classe operária chegaria apenas a uma consciência sindical, sendo preciso fundir o movimento espontâneo das massas e a teoria revolucionária – marxista – e seria o Partido que cumpriria este papel. O ano seguinte, 1903, foi marcado pela polêmica com Martov, que defendia uma forma de organização partidária amorfa, ao contrário de Lênin, para quem só poderia ser considerado membro do Partido quem pertencesse a uma organização partidária e a ela se submetesse. No congresso daquele ano, a social-democracia russa se dividiu em duas alas: a menchevique e a bolchevique; as posições de Lênin foram expostas em *Um passo adiante, dois passos atrás*.



Lênin fazia um diagnóstico crítico dos rumos da construção do socialismo

MEMÓRIA

Lênin vive!

Desaparecido há 80 anos, o pensamento e a prática do fundador do Estado Soviético continuam atuais e necessários

AUGUSTO BUONICORE

No início de 1905, uma greve de mais de 400 mil operários marcou o início de uma verdadeira insurreição contra o Czar, que atravessou o ano. Na sua luta os operários construíram os sovietes, embriões do novo poder socialista. A revolução conquistou um espaço de relativa liberdade, sob a autocracia czarista, e Lênin conclamou os bolcheviques a aproveitá-lo abrindo o Partido para o ingresso de milhares de operários e para que ganhasse as mais amplas massas.

Naquele ano, os bolcheviques definiram a estratégia revolucionária. Para eles a revolução era democrático-burguesa e não socialista, embora o proletariado, aliados aos camponeses, fosse a única classe em condições de levá-la até o fim. Resumindo o debate Lênin escreveu *As duas táticas da social-democracia na revolução democrática*. Mas, no desdobramento daquele movimento revolucionário, a autocracia acabou prevalecendo, e as poucas conquistas democráticas acabaram sendo abolidas.

Outra luta importante em que Lênin envolveu-se ocorreu nas vésperas da I Grande Guerra. Em agosto de 1914 os parlamentares social-democratas europeus, traindo os programas de seus partidos, votaram favoravelmente aos créditos para guerra imperialista. Apenas pequenos grupos dentro dos partidos social-democratas continuavam erguendo a bandeira do internacionalismo proletário. Entre eles se encontravam os bolcheviques. No

esforço para compreender a guerra e a traição da social-democracia, Lênin escreveu duas importantes obras, *A falência da II Internacional* e *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Foi nessa época que se consolidou a ruptura entre os bolcheviques e os mencheviques.

A onda revolucionária voltou à Rússia em fevereiro de 1917, quando o Czar foi deposto e os operários formaram os sovietes.

em apresentou a palavra de ordem "Todo o Poder aos Sovietes!". E, nas *Teses de Abril*, afirmou que a etapa burguesa da revolução já estava concluída e, agora, se tratava de preparar a etapa socialista. A conclusão das lutas daquele ano foi a tomada do poder pelos bolcheviques, em 7 de novembro de 1917, começando a luta titânica para manter o poder revolucionário e iniciar a construção do primeiro Estado socialista da história. A Rússia entre 1918 e 1921 foi palco de uma sangrenta guerra civil entre os exércitos contra-revolucionários e o jovem Exército Vermelho.

Vencida a contra-revolução tratou-se então de reorganizar a economia destruída. Para enfrentar a grave crise econômica, Lênin defendeu a criação de uma "Nova Política Econômica" (NEP), que acabava com as requisições forçadas, estabelecia maior liberdade de comércio e fazia concessões aos capitalistas nacionais e estrangeiros. Neste período Lênin travou várias polémicas, especialmente com Trotsky, em torno das negociações de paz de Brest-Litovsk e sobre o papel dos sindicatos na construção do socialismo. Em 1919, sob inspiração de Lênin, foi fundada a Internacional Comunista; e para combater posições políticas extremadas e voluntaristas, Lênin escreveu, em 1920, *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, obra que ajudou os Partidos Comunistas a se forjarem articulando os princípios marxistas e uma prática política ampla e flexível.

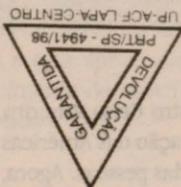
Em seus últimos anos de vida, dedicou especial atenção ao problema da burocratização do Partido e do Estado soviético; procurou estabelecer um contrapeso para o crescente poder da burocracia; defendeu a autonomia dos sindicatos em relação ao Estado, afirmando que eles deveriam ser instrumentos de defesa dos operários contra o seu próprio Estado, que ainda não era plenamente operário. Lênin fazia um diagnóstico crítico dos rumos da construção do socialismo, e propunha uma maior abertura do partido aos operários fabris. Ele identificava o começo de um processo de burocratização, com a fusão entre Estado e Partido. Mas, infelizmente, a morte prematura impediu que ele desenvolvesse essas críticas e apresentasse propostas para os problemas

identificados, como era de seu feitio. Lênin desapareceu há 80 anos, mas seu pensamento, sua prática continuam ensinamentos atuais e necessários.



"Você luta contra um muro de pedra", disseram ao jovem Lênin. E ele respondeu: "um muro de pedra sim, mas apodrecido e que cairá com um pontapé"

IMPRESSO



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



ALAMEDA SARUTAIÁ, 185 - JARDIM PAULISTA
CEP 01403-010 - SÃO PAULO - SP
TEL.: (11) 3054 1800